ANA PATRÍCIA THEDIN CORRÊA

O espelho e a espada

O controle ético-moral de quem administra o Estado

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Associado Dr. Rubens Beçak

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

**São Paulo - SP
2016**

ANA PATRÍCIA THEDIN CORRÊA

O espelho e a espada

O controle ético-moral de quem administra o Estado

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Professor Associado Dr. Rubens Beçak.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

CORRÊA, Ana Patrícia Thedin. O Espelho e a Espada. O Controle Ético-Moral de Quem Administra o Estado/ Ana Patrícia Thedin Corrêa; orientador Rubens Beçak - São Paulo, 2016, 288 f.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado)
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2016.

1. Controle da Moralidade Administrativa. 2. Espelhos de Príncipe.
3. Ética. 4. Coisa Pública 5. Bem Comum. 6. Justiça.
7. Tradições Jurídicas 8. Direito do Estado

BEÇAK, Rubens, orientador

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME: Ana Patrícia Thedin Corrêa

TÍTULO: O espelho e a espada. O controle ético-moral de quem administra o Estado

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Prof. Dr. Rubens Beçak

Aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Rubens Beçak

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Rosa Calheiros, que não me deixou desistir, que esteve sempre a meu lado, que transcreveu falas e gravações e que organizou e digitou pacientemente as partes finais deste trabalho.

Agradeço ao Professor Dr. Rubens Beçak pela coragem, confiança, carinho e paciência.

CORRÊA, Ana Patrícia Thedin. O Espelho e a Espada. O Controle Ético-Moral de Quem Administra o Estado. 2016. 288 fls. Tese. Doutorado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo 2016.

Resumo

Esta é uma tese sobre um tema recorrente na literatura jurídico-política em grande parte do mundo ocidental, senão, sob aspectos diversos, em todo ele: as relações entre o direito/dever de governar e o controle de quem governa. Pretende-se que ela tenha como uma especificidade a observação dos caminhos da tradição ibérica no controle especular dos governantes, investigando os possíveis efeitos do cerco montado pela Igreja católica ao realismo maquiavélico, ao humanismo cristão e aos reformadores protestantes que desmontaram a escolástica no norte europeu. No longo tempo em que as tradições se constroem, o direito recepcionado no Brasil teria vindo já pleno de conteúdos típicos desta resistência e que foram reforçados pela linha indelével que liga o pensamento brasileiro ao de Coimbra da Reforma católica, ao krausismo persistente e aos padrões romano-germano-canônicos de sentir o bom governante e o justo direito. Uma questão fundamental que se coloca é sobre a possibilidade de que o controle da moralidade do Administrador público no Brasil se funde na permanência silenciosa do modelo especular – dos Espelhos de Príncipe – e se manifeste ainda em insuspeitos espelhos que curiosamente surgiriam e ressurgiriam de uma persistente pretensão/esperança, muito antiga, de que o rei, seguindo um modelo idealizado que guia seus atos e sua consciência, seja justo e piedoso e leve seu povo até o gozo da felicidade eterna do bem comum.

Palavras-chave: direito político e moralidade política, espelhos de príncipe, controle ético-moral dos governantes, probidade e improbidade, tradição jurídica ibérica.

CORRÊA, Ana Patrícia Thedin. The mirror and the sword. The ethical-moral control of who manages the state. 2016. 288 pages. Thesis. Doctorate. Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, Brazil, 2016.

Abstract

This is a thesis on the relations between the right / duty to govern and the control over who governs. This is a recurrent theme in the legal and political literature, mostly in the western, if not, in the whole world. It is intended that it has as a specificity the observation of the ways of Iberic tradition in specular control of the rulers, investigating the possible effects of the siege mounted by the Catholic Church to the Machiavellian realism, to the Christian humanism and the Protestant reformers who dismantled scholasticism in Northern Europe. In the long-time traditions are built, the right introduced in Brazil would have come already full of typical contents of this resistance and been reinforced by the indelible line that connects our thinking to the Coimbra's of the Catholic Reformation, to the persistent krausism and Roman-German-canonical standards of our way of feeling good ruler and just right. A key question that arises is about the possibility that the control of the morality of public administrator in Brazil merges into silent permanence of specular model - the Mirrors for Princes - and to manifest even in unsuspected mirrors that interestingly would appear and reappear in a very old persistent claim / hope, that the king, following an idealized model that guides his actions and his conscience, is righteous and pious, and leads his people to the enjoyment of eternal happiness of the common good.

Keywords: political right and political morality, mirrors for princes, ethical and moral control of the rulers, probity and dishonesty, Iberian legal tradition.

CORRÊA, Ana Patrícia Thedin. Le miroir et l'épée. Le contrôle éthique-morale de celle qui administre l'État. 2016. 288 f. Thèse. Doctorat. Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, Brésil, 2016.

Résumé

Ceci est une thèse sur un thème récurrent dans la littérature juridique et politique dans la plupart du monde occidental ou peut-être dans tout cela: les relations entre le droit/le devoir de gouverner et le contrôle de qui gouverne. Nous avons l'intention qu'elle a pour une observation spécifique des voies de la tradition ibérique dans le contrôle des gouvernants dans la longue tradition des miroirs de princes, d'enquêter sur les effets possibles du rejet de l'Église catholique au réalisme machiavélique, du rejet de l'humanisme chrétien et du rejet des réformateurs protestants qui mit pied à terre scolastique en Europe du nord. Dans le délai ou cours duquel les traditions sont formées, la loi approuvée au Brésil serait venue déjà pleine de contenus typiques de cette résistance et ont été renforcés par la ligne reliant la pensée juridique brésilien à Coimbra de la Réforme catholique, l'krausismo persistante et la façon de la tradition romaine-germanique-canoniques de théoriser la bonne et juste règle. Une question clé est la possibilité que, au Brésil, le contrôle de la moralité de l'administrateur public est basé, peut être, dans la permanence cachée du modèle de miroirs - les Miroirs de Princes - et encore manifeste dans les miroirs insoupçonnables que apparaître et réapparaître dans une persistante revendication/espoir, très vieux, que le roi, suivant un modèle idéalisé qui guide vos actions et votre conscience, que le roi/le règle être juste et pieux et guide son peuple à la jouissance de le bonheur éternel du bien commun.

Mots-clés: droit politique et morale politique, miroirs de prince, contrôle éthique et morale des dirigeants, probité et malhonnêteté administrative, tradition juridique ibérique.

Índice:

INTRODUÇÃO

1 - Probidade, probidades	05
2 - Leis em vigor	08
3 - Do objeto desta pesquisa	09
4 - Das metodologias	09
5 - Recorte geográfico e temporal	14
6 - Das fontes	14
7 - Do estado atual da questão	19
8 - Da organização dos capítulos	23

CAPÍTULO I – Quatro conceitos fundamentais

1 - Ética	26
1.1 – Ética e moral	51
2 - Coisa pública	53
3 - Bem comum	67
4 - Justiça	85

CAPÍTULO II - A tradição dos espelhos

1 - Platão como guia	104
2 - O bom governo e as leis	112
3 - O príncipe-juiz e a imagem da equidade	120
4 - A tradição ibérica	125
5 - Maquiavel e seu espelho: a ruptura de Portugal com o humanismo renascentista	131
6 - O espelho iluminado: outra razão como guia	153
7 - Do espelho romântico à razão positivista	172
7.1 – Laicismo mitigado	184
7.2 – Um krausismo persistente	191
7.3 – Separar o direito da moral?	195

CAPÍTULO III - O espelho encantado

1 - Um pós-positivismo?	209
-------------------------	-----

CAPÍTULO IV - Espelho sem prata e espada ilustrada

1 - O controle jurídico da moralidade dos administradores públicos no Brasil de hoje	231
--	-----

Conclusões	241
------------	-----

Referências Bibliográficas	247
----------------------------	-----

Anexos	280
--------	-----

Introdução

1 – Probidade, probidades

O que é ser probado? E o que é ser improbo? Quem define? Quem controla? E por quê? Existe uma expressiva literatura nacional sobre o tema improbidade administrativa e são inúmeras as pesquisas abordando a matéria. Porém, não existe no Brasil uma lista exaustiva, um rol plenamente definido do que poderá ser considerado ato administrativamente improbo ou não. A questão parece permanecer constantemente aberta e em frequente transformação com a inclusão de novas figuras, novos tratamentos doutrinários e jurisprudenciais.

O tema da moralidade de quem lida com o poder sobre a coisa pública, entendido aqui como ato de gestão, ou com o poder público em sentido mais estrito, entendido aqui como ato de governo, é uma questão recorrente que muitas e não raras vezes esbarra e se imiscui em noções de moralidade antes que tenha adentrado a esfera propriamente jurídica em termos de 'legalidade/ilegalidade'.

No Brasil de hoje, um juízo moral emitido solitariamente por um membro do Ministério Público é o quanto basta para que um agente público possa ser chamado a ajustar sua conduta através da assinatura de Termos de Ajustamento, sob 'pena' de, não o fazendo, ser citado como réu em ações de improbidade administrativa.

Neste universo não há necessidade de agressão a nenhuma lei tipificadora de algum ilícito, mas sim uma simples referência ao 'fato' – na realidade uma suposição *à priori* – de que o Agente teria procedido de forma imoral, atingindo e agredindo, por exemplo, 'Princípios'.

A questão que resultou na presente tese começou a ser pensada há alguns anos por ocasião de uma pesquisa sobre história das instituições brasileiras. Na época nos chegou às mãos um trabalho João Francisco Sauwen Filho, Ministério Público Brasileiro e o Estado Democrático de Direito, onde o autor expressava a certeza de que “a ação do tempo e os ventos Liberalismo impeliram o Ministério Público, com a feição que hoje ostenta, à posição de guardião da legalidade, esteio da democracia, defensor dos direitos

indisponíveis do cidadão”¹. É ainda dominante a opinião de que a instituição tem sua origem ligada à França, mais exatamente à figura dos monarcas absolutos que reinaram no período anterior à Revolução de 1789 e no conturbado período que se seguiu à onda revolucionária. Sauwen F^o², ao citar trabalho de Cunha Rodrigues³, chamou a atenção para o fato de que existiriam quatro ‘tendências’ que “vêm influenciando a legislação relativa aos Parquets no mundo ocidental”⁴: a primeira tendência reuniria os sistemas adotados nos países da *common law*; a segunda, os países da Europa continental, exceto Itália e Portugal – que comporiam, respectivamente, a terceira e a quarta das tendências.

Da mencionada pesquisa, ainda muito embrionária, resultou um breve artigo publicado em 2008 na Revista de Direito do UniFOA. Mais tarde chamou-nos também a atenção para a questão a leitura de alguns trabalhos do professor Rubens Beçak acerca de ética e moral no direito, notadamente “A Presença da Simbologia Religiosa no Brasil Contemporâneo e sua Contextualização no Plano Ético-Moral - Aspectos Jurídico-Constitucionais”, fruto de um trabalho apresentado no XV Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito em 2006 e a “A dimensão ético-moral e o Direito”, publicado na Revista Brasileira de Direito Constitucional em 2007.

Indagações sobre a origem histórica do controle da moralidade foram reforçadas para nós também diante das certezas diversas vezes expressadas por vários autores de que esta possibilidade de controle ético-moral administrativo seria derivada do pensamento do francês Maurice Hauriou⁵ (1856-1929). E este é o ponto central de nossa dúvida. O que se quer investigar aqui é se estaria havendo alguma confusão – não no sentido de erro, mas no sentido de indiferenciação – entre a origem do controle ético; a origem dos padrões considerados como éticos e suficientes ao cuidado e preservação da *res publica* e a origem da própria instituição do Ministério Público brasileiro. A partir da percepção de que “aquilo que denominamos dimensão ético-moral é algo indissociável do entendimento do Direito e, sobretudo, da interpretação constitucional contemporânea”⁶ e de que “de certa

¹ SAUWEN F.^o, João Francisco. *Ministério Público Brasileiro e o Estado Democrático de Direito*, p. 46.

² *Idem*, *ibidem*, p. 47.

³ CUNHA RODRIGUES. José Narciso da. *Lugares do Direito*, p. 334.

⁴ SAUWEN F.^o, João Francisco. *Opus cit*, p. 47.

⁵ Neste sentido, exemplificativamente: Hely Lopes Meireles. *Direito Administrativo Brasileiro*, p. 83. Diogo de Figueiredo Moreira Neto. *Mutações do Direito Administrativo*, p. 56 e Maria Sylvia Zanella Di Pietro. *Direito Administrativo*, p. 69, dentre outros.

⁶ BEÇAK, Rubens. *A Dimensão Ético-Moral e o Direito*. In, Revista Brasileira de Direito Constitucional,

forma, a preocupação com a delimitação dos campos da ética-moral e do Direito e suas interações vem praticamente por toda a história”⁷, nos lançamos a esta pesquisa.

Desde os primeiros escritos que nos chegaram sobre o viver na *polis* a relação entre ética e política é um tema recorrente, parecendo indissociáveis ou mesmo soando ser impensável haver um sem a presença do outro.

Aristóteles nos deixou talvez o mais significativo testemunho do período grego clássico sobre esta conjunção originária entre política e ética, então identificada, esta última, com uma noção de 'bem viver na cidade' que até hoje nos reedita questões acerca da relatividade e historicidade do *ethos* em sua dimensão humana [i.e., não divina]. Passados mais de dois milênios, algumas questões ali colocadas ainda são atuais. Não é fato desconhecido de que desde a Grécia antiga se tem notícia da existência da necessidade de se observar se um cidadão era ou não apto ao exercício de certas funções exigidas pela vida na *polis*, se possuía ou não *hybris*, que pode ser traduzido como excesso, ou ausência de equilíbrio.

É certo que o controle moral contemporâneo que mais nos interessa é efetivamente aquele que não tem origem em uma agressão direta à norma positiva, mas que habita a esfera da agressão principiológica, uma vez que hoje se tem por ainda corrente a noção de que “não é possível enquadrar-se a responsabilização ditada pelo art. 37, § 4º da Constituição Federal e pela Lei Federal nº 8.429/92, quer na esfera criminal, quer na esfera administrativa, quer na esfera civil, ainda que haja, em certa medida, coincidência de sanções”⁸.

Então, que responsabilização seria essa? Ela teria realmente surgido na França de Maurice Hauriou? E por que o Brasil deu a certos agentes públicos o poder de formar *a priori* um juízo particular sobre o que seria probidade/improbidade administrativa de outros agentes públicos e lhes deu, ademais, o poder de pactuar e ajustar condutas com força de lei?

Considerando que o Poder Judiciário depende sempre da provocação das partes interessadas para agir, focaremos nosso estudo não no resultado das Ações de Improbidade, mas sim e especialmente no julgamento moral prévio que hoje conduz o membro do Ministério Público a acusar o Administrador de improbo, mesmo que não haja dano ou a

n. 9, jan-jun, 2007, p. 309.

⁷ *Idem, ibidem.*

⁸ GARCIA, Monica Nicida, *Responsabilidade do Agente Público*, p. 248

violação de nenhuma norma positiva.

A questão central aqui investigada nos induz a verificar a origem histórica do poder de fiscal e disciplinador da moral dos agentes públicos no Brasil genericamente considerados.

2 – Leis em vigor

Podemos citar como principais leis que atualmente regem a matéria as seguintes normas: Lei 8.429/92 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional; Lei Complementar 101/00, que dispõe sobre finanças públicas e gestão fiscal e a Lei 8.112/90 (arts. 132, IV, cc o 137, parágrafo único)⁹, que estabelece sanções para servidores públicos federais.

Porém, mesmo nos diplomas brasileiros mais atuais, persiste a ausência de uma definição 'fechada' do que seja um agente público probo ou improbo. Apesar dos esforços do legislador em fixar limites legais objetivos, a 'esfera' da improbidade cresce a cada momento, fato visível nas chamadas “novas figuras de improbidade administrativa”¹⁰ dispersas por inúmeros instrumentos legais. Assim, por exemplo, temos a lei 9.504/97, que estabeleceu normas para as eleições e em seu art. 73 lista diversas proibições que podem caracterizar atos de improbidade; temos também as leis que regem as agências reguladoras – exemplificativamente a Lei 9.472/97 (Lei Geral das Telecomunicações) e a Lei 9.782/99 (Lei da Vigilância Sanitária) – bem como a legislação que rege os contratos de gestão – Lei 9.637/98 – e de parceria – e ainda, a Lei 9.790/90; a Lei 12.813/2013 (Lei do Conflito de Interesses); a Lei 12.846/2013 (Lei da Responsabilização) e a Lei 13.019/2014 (Lei das Parcerias Voluntárias).

⁹ ARAÚJO, Edmir Netto de. *O Ilícito Administrativo e Seu Processo*, pp. 103-105.

¹⁰ MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. *Probidade Administrativa*, pp. 208-224.

3 – Do objeto desta pesquisa

O que propomos é estudar a questão da moral político-administrativa e seu controle e investigar dentro do que usualmente se chama de mentalidade jurídico-política ibérica e seus prolongamentos: (1) as noções de *ethos*, *coisa pública*, *bem comum e justiça* e suas principais variações no longo tempo; (2) se existiam e quais eram os comportamentos éticos/morais desejados e considerados mais adequados ao trato com a coisa pública, especialmente durante o chamado antigo regime; (3) se houve mudanças/permanências destes padrões no 'novo regime'; (4) se é possível fixar a origem histórica do poder de controle moral dos agentes públicos no Brasil; (5) se havia algum controle moral especificamente ligado a quem exercia ou lidava diretamente com o poder público antes de Hauriou; e (6) se realmente não haveria instituição semelhante ao Ministério Público brasileiro, no que diz respeito ao seu papel no controle da moralidade administrativa, em países onde liberalismo (seja econômico ou político/religioso) mais cedo teceu e fundou suas raízes e (7) o 'desenho' pós-positivista da questão.

4 – Das metodologias

Esta pesquisa pretende trabalhar com duas abordagens metodológicas principais: a histórico-comparativa e a indiciária.

A primeira delas, a metodologia histórico-comparativa, tem já uma vasta tradição em trabalhos na área de ciências sociais. Seu componente essencial é o contato com o passado através das próprias produções que dele emergem, tendo sempre como transfundo o tempo presente, onde se faz o exercício de verificação das rupturas e permanências dos diversos processos históricos possíveis em suas continuidades e descontinuidades. A imensa dificuldade ou mesmo impossibilidade do manejo de metodologias experimentais no Direito faz da metodologia comparativa um instrumental valioso praticamente indeclinável. Ademais, este enfoque metodológico permite trabalhar com hipóteses de longa duração, isto é, com processos jurídicos,

sociais e histórico-jurídicos ao longo do tempo e não em um momento estritamente delimitado. Exemplos desta análise encontramos em estudos que envolvem, por exemplo, exame de instituições ou formas que estas tomaram ao longo do tempo, trabalhando com hipóteses que se ligam à noção de que as formas do presente não seriam criações absolutamente ou integralmente originais, nem tampouco espontâneas, mas sim formadas a partir de uma historicidade cultural específica que se tornaria mais visível através da análise dos processos de rupturas e permanências de cada sociedade ou sistema.

As questões sobre 'continuidades' e 'descontinuidades' são muito caras às abordagens científicas contemporâneas que lidam com processos histórico-culturais, daí sua aplicabilidade à área jurídica.

Um ponto nevrálgico desta metodologia, porém, se liga sobremaneira ao inflamado debate teórico-metodológico que pode ser percebido em indagações sobre a existência ou não de uma linha contínua que nos ligaria culturalmente aos 'antigos', sendo, em caso de resposta afirmativa, legítimo examinar o passado não só a partir de suas próprias produções, critérios e conceitos, mas também segundo seus equivalentes contemporâneos. Por outro lado, existe a questão do anacronismo e da percepção do passado como inacessível em sua totalidade, o que vedaria nosso acesso a ele por serem as condições pretéritas essencialmente desconhecidas e não reproduzíveis 'em laboratório'. Temos, neste 'segundo modelo', 'pontos descontínuos', cabendo ao pesquisador, no máximo, se debruçar sobre o significado dos atos/fatos examinados dentro de uma determinada cultura no tempo que em que foram produzidos e utilizando o cabedal teórico disponível na época.

As duas posições, se levadas ao extremo, podem produzir 'inconsistências'. No primeiro modelo, a aplicação inadvertida de categorias contemporâneas a realidades passadas pode gerar interpretações que, ao supervalorizar o presente, se tornam menos sensíveis à historicidade das construções e das percepções culturais. Fato que pode afetar a consciência da nossa própria historicidade.

Por outro lado, o segundo modelo também pode apresentar sérios entraves, já que dificulta ou mesmo impede a localização no passado de categorias construídas no presente, obrigando-nos a constantemente criar novas nomenclaturas e novas categorizações para que possamos nos referir aqueles fatos passados. Por exemplo, se não podemos chamar a

relação sexual entre pessoas do mesmo sexo ocorrida na Antiguidade de 'homossexualidade', como a chamaremos? No limite, não poderíamos denominar a escravidão grega de escravidão e nem, tampouco, o casamento romano de casamento. Não poderíamos sequer falar em 'direito romano' uma vez que a ideia de direito contemporânea não corresponde exatamente a que existia 'no passado'.

Há ainda hoje um forte enfrentamento entre os chamados 'continuistas' e os 'descontinuistas'. A superação deste dualismo vem sendo elaborada através de novas abordagens e renovação metodológica, como pelo reconhecimento de que o *anacronismo*, ou seja, o uso do cabedal teórico contemporâneo para a percepção do passado, ao invés de ser um entrave pode ser mais um instrumento à disposição dos pesquisadores. A consciência do anacronismo e sua “prática controlada”¹¹ permitem trabalhar com a ideia de que “o presente é o mais eficaz dos motes da pulsão de compreender”¹² e que a analogia entre a atualidade e o passado e permite “dar vida e conteúdo a fatos que, a uma tal distância, correm o risco de se reduzirem a uma pura forma”¹³. A proposta da utilização controlada do anacronismo permite “submeter material antigo a interrogações que os antigos não se fizeram ou que ao menos não formularam ou, melhor, que não construíram como tais”¹⁴. Por exemplo, o conceito de “«opinião pública» não pode ser aplicado à democracia direta ateniense, mas é interessante notar as diferenças e semelhanças entre este conceito e o de fenômenos próximos como a *phèèmè* grega (a 'falação', o rumor público¹⁵)¹⁶.

Outro problema com o qual devemos lidar é a nossa tendência a enxergarmos o passado como 'algo' pior do que o presente e de muitas vezes imaginarmos que este último se constrói sempre 'mais' a partir de rupturas com o 'antigo' e 'menos' a partir de uma 'sequência de continuidades'. Talvez seja mais fácil imaginarmos o presente como 'algo novo' e assim 'garantirmos/imaginarmos' que 'progredimos'. Esta tendência se liga

¹¹ LORAU, Nicole. *Éloge de l'anachronisme en histoire*. In, Patrick Garcia e Claudine Leduc. Les Voies Traversières de Nicole Loraux. Une helléniste à la croisée des sciences sociales, p. 132. [Nota: todas as traduções onde não se indica a autoria, são traduções da autora).

¹² *Idem, ibidem*, p. 129.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 128.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 132.

¹⁵ LARRAN, Francis. *De Kleos à Phèèmè. Approche Historique de la Rumeur et de la Renommée dans la Littérature Grecque Ancienne, d'Homère à Polybe*. Anabases [En ligne], 11 | 2010. Disponível em <http://anabases.revues.org/897>. Último acesso em 06 de maio de 2013.

¹⁶ LORAU, Nicole. *Opus cit*, p. 132.

também a sérias questões sobre a 'escolha' do 'passado que nos convém' – aquele com o qual supostamente rompemos ou do qual supostamente herdamos 'tradições' cuidadosamente escolhidas. Algumas vezes estabelecemos como verdades apriorísticas certas rupturas e continuidades, nos imaginando herdeiros 'desta' e não 'daquela' tradição cultural sem uma verificação mais dedicada e sem enfrentamentos.

Alguns exemplos de uma certa imposição de ruptura e falseamento de continuidades podem ser encontrados na própria história da Portugal e do Brasil. Parecem ser infelizmente comuns em momentos de transição como foram a reforma pombalina ou mesmo a fundação dos cursos jurídicos no Brasil. No primeiro caso é bastante conhecido o esforço pombalino em apagar os liames que – quer se queira, quer não – ligam Portugal ao passado clerical. O maciço afastamento dos jesuítas das cátedras universitárias, a perseguição incansável de tudo o que pudesse representar o 'atraso português', chegando a usar os próprios tribunais inquisitoriais para afastar figuras então eminentes como o jesuíta Gabriel Malagrida, vítima do último auto de fé público da inquisição de Lisboa, são exemplos deste movimento, que também pode ser representado pela retirada da cátedra de história dos cursos de direito recém instaurados no Brasil, sob o argumento de que não tínhamos um passado jurídico que nos fosse próprio e que deveríamos livrar nossa juventude das “pestíferas máximas do direito português”¹⁷, como se pudéssemos por um ato legislativo descartar toda nossa formação histórica estritamente calçada no mundo jurídico português.

Ao lado da metodologia comparativa, no caso, histórico-político-comparativa, utilizaremos a abordagem teórica indiciária, cuja proposta incentiva o contato interdisciplinar e o acesso ao passado por meio das chamadas 'provas indiciárias', que muito se aproxima dos métodos de investigação jurídico-criminal, tão familiares à prática judiciária, mas dela diferindo num ponto fundamental, pois a leitura indiciária aplicada à pesquisa histórico-político-jurídica não busca uma verdade definitiva cristalizada numa 'sentença', mas busca antes apresentar um conjunto de 'provas-indício' – isto é, indiciárias – a partir das quais se faz um julgamento que será sempre provisório, aguardando que novas leituras ou novas provas apareçam. Proposta por Carlos Ginzburg, a metodologia indiciária associa as tradicionais abordagens dedutivas

¹⁷ Ver discurso do Deputado José Custódio Dias, proferido na Sessão de 26/08/1826 na Câmara dos Deputados. In, Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil, Documentos Parlamentares, p, 455.

e indutivas ao conceito de 'abdução', uma visão que faculta o deslocamento do objeto de análise para outros contextos e sistemas não exclusivamente vinculados ao objeto investigado, auxiliando uma construção analítica focada numa análise mais plural, tanto temporal quanto culturalmente.

Desde sua proposta inicial, o chamado paradigma indiciário trabalha com a possibilidade de que o acesso a determinada realidade também pode se dar a partir de indícios, pistas e sinais. De um modo geral, "o que caracteriza esse saber é a capacidade, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, de remontar a realidade complexa não experimentável diretamente"¹⁸.

A metodologia indiciária ressurgiu em tempos de relativismo e ceticismo, onde se põe em dúvida a própria possibilidade de acesso ao passado, onde se discute vigorosamente similitudes e diferenças entre narrativas literárias e históricas.

Trata-se de uma teorização recente de um método tido por antigo – a persecução de pistas e a interpretação de sinais – onde a realidade pesquisada é tratada como enigma a partir do qual algumas regras procedimentais vão sendo estabelecidas: duvidar do óbvio sem afastá-lo *a priori* e tratar todas as provas, inclusive a retórica (argumentação), como parte do processo de construção do conhecimento.

Outros pontos fundamentais são o reconhecimento da tensão entre a busca da exatidão e o acesso 'a verdades' e da possibilidade real de integração entre conjectura e rigor historiográfico como procedimentos não reciprocamente excludentes, uma vez que as causalidades históricas, bem como as políticas e jurídicas não podem ser reproduzidas em laboratório.

A proposta metodológica indiciária se presta tanto a análise de períodos curtos quanto à pesquisa de longa duração e sua conjunção com a metodologia histórico-comparativa, com seus novos horizontes que atenuam a vedação 'anacrônica', visa minimizar os riscos das abordagens de 'cola e tesoura'¹⁹ que colhe e escolhe os fatos, colando-os para compor o passado desejado pelo presente.

¹⁸ GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*, p. 177.

¹⁹ COLLINGWOOD, Robin George. *A Ideia de História*, pp. 14-23.

5 – Recorte geográfico e temporal:

Esta pesquisa propõe analisar a questão da formação histórica do controle moral de quem administra a coisa pública, seja o poder político em si mesmo – através dos 'agentes políticos', ou os poderes hoje exercidos pelos chamados administradores públicos – 'agentes públicos em sendo estrito' - na tradição político-jurídica ibérica.

Temporalmente a pesquisa se foca – mas não se limita – na longa passagem do antigo regime para a 'nossa modernidade' [aquela que nos inclui], buscando verificar desde quando existe algum controle de moralidade daqueles que ocupam o poder político, bem como daqueles que administram a 'coisa pública', ou seja, a pesquisa se preocupa tanto com o 'mundo do príncipe' e seus agentes diretos e 'administradores ordinários' quanto de seus equivalentes contemporâneos.

6 – Das fontes

As principais fontes serão literário-discursivas e legislativas onde serão analisados especialmente os discursos sobre os conceitos de “ética”, “coisa pública”, “bem comum”, “justiça”, “controle moral” e “controle jurídico” em suas relações com o exercício do poder.

A produção escrita ou o registro escrito – especialmente de leis gerais – pressupõe a existência de um código gramatical relativamente estável, que possa ser minimamente inteligível. Este código, existente para poucos durante a Idade Média, derivado no Ocidente, da preservação da escrita latina, necessitou ser reconstruído a partir da estabilização das diversas línguas neolatinas. No caso específico de Portugal, esta estabilização gramatical talvez não tenha se dado antes do século XVI²⁰.

Como ponto central da pesquisa, será investigada a chamada *doutrina dos espelhos*, visível a partir da produção de *espelhos de príncipe*, antigos manuais morais largamente

²⁰ ASSUNÇÃO, Carlos; SANTOS, Helena Pessoa. *Da Idade Média a Fernão de Oliveira, O Primeiro Gramático da Lusofonia*. In, M. Bernadette Abaurre e Outros [Orgs]. *Fernão de Oliveira – um gramático na história*, pp.20-21.

utilizados para a 'perfeição dos soberanos' e para melhor exercício do poder. Por muito tempo esquecidos, diversos estudos foram a eles dedicados a partir de meados do século XX. De fato, “desde os trabalhos fundadores de Wilhelm Berges e Wilhelm Kleinecke²¹, o gênero dos «espelhos de príncipes» se tornou objeto de estudos numerosos”²².

A metáfora do 'espelho', uma superfície que reflete a realidade mas que com ela não se confunde, foi muito utilizada no mundo cristão – mas não só – como símbolo do conhecimento de um Deus que teria feito o homem segundo sua própria 'imagem e semelhança'. O homem e, sobretudo o soberano, poderia e deveria, portanto, mirar-se no 'espelho' para verificar a todo instante em que grau a imagem da perfeição da qual supostamente derivava estava em si refletida:

Como o reflexo do espelho não é a realidade, ele ajuda a compreendê-la. Num mundo cristão, a metáfora do espelho era uma maneira usual de acessar a consciência de Deus através do reflexo interposto face a face. Os diferentes usos da imagem são abundantes: Cristo, o espelho de Deus; o homem criado à imagem de Deus; a alma humana, o espelho de Deus. Em um sentido amplo, *speculum* significa também um quadro, um ensinamento, uma espécie de síntese que poderia aplicar-se também à espiritualidade religiosa, ao direito, à política ou assumir a forma de uma enciclopédia²³.

Com o passar do tempo, a 'técnica' dos espelhos, que havia se fixado na figura do monarca, 'transbordou' para outras figuras de poder, como são exemplos os chamados 'Espelhos de Conselheiros', dentre eles o conhecido 'Leal Conselheiro' do rei português Dom Duarte dirigido “aos homens da corte que alguma coisa saibam de semelhante ciência, e desejem viver virtuosamente”²⁴.

O estado atual das pesquisas vincula a origem dos espelhos ao encontro ocorrido durante a Idade Média entre a tradição oriental de elaboração de obras para educação de príncipes e a tradição literária sapiencial ocidental²⁵ que remonta à Grécia antiga.

Ainda que a nomenclatura Espelho de Príncipe não existisse na Antiguidade²⁶,

²¹ A partir dos estudos realizados na Alemanha por Wilhelm Berges e publicados sob o título *Die Furstenspiegel des Hohen und Spaten Mitteleltern* em 1938. Apud, LACHAUD, Frédérique et SCORDIA, Lydwine. *Le Prince au Miroir de la Littérature Politique de l'Antiquité aux Lumières*, p. 425.

²² LACHAUD, Frédérique et SCORDIA, Lydwine. *Le Prince au Miroir de la Littérature Politique de l'Antiquité aux Lumières*, p. 11.

²³ *Idem, ibidem*, p. 12.

²⁴ DUARTE [Dom]. *Leal Conselheiro*, p. 11.

²⁵ FOURNÈS, Ghislaine. CANONICA, Elvezio. *Avant-propos*. In, *Le Miroir du Prince: Écriture, transmission et réceptions en Espagne (XIII^e. - XVI^e siècle)*, p. 12.

²⁶ THELAMON, Françoise. *Constantin: “l'empereur cher à Dieu” selon Eusèbe de Césarée dans la Vita Constantini*. In, Frederique Lachaud e Lydwine Scordia (dir.). *Le Prince Au Miroir de la Littérature*

não seria, de um ponto de vista ampliado, impróprio alocar aí a origem destes manuais, especialmente em função da matéria tratada, ou seja, a educação para o exercício do poder tendo como base algum conceito de virtude voltada a esta finalidade. Assim temos, por exemplo, desde títulos como *De Clementia* (séc. I d.C.) de Sêneca o moço (4 a.C. - 65), passando por *Vita Constantini* (séc. IV d.C.) de Eusébio de Cesareia (c. 265 - 339) e atingindo obras como o *El libro del Cavallero Zifar* (c. séc. XIII)²⁷, o *De Regimine principum* (1265), de Tomás de Aquino, completado por Ptolomeu de Luca (1236-1327), e o homônimo *De Regimine principum* (1292) de Egídio Romano (1243-1316)²⁸, o *Doctrinal de Princes* (1475) de Diego de Valera (1412-1488) e *O Príncipe* (1532) de Nicolau Maquiavel (1469-1527).

Porém, os Espelhos com formato, essência e nomenclatura 'fechada' são essencialmente medievais e o primeiro registro que temos do nome que marcaria o gênero apareceu na obra denominada *Speculum regum* datada de 1180 ou 1183 de Gottfried de Viterbo²⁹ (1125-1192 c.).

Fato é que este gênero literário teve uma incomum sobrevida na Península Ibérica que, após um humanismo efêmero, retoma, através a segunda escolástica, a visão de mundo tomista, que vai facultar e incentivar a permanência do uso destes verdadeiros 'manuais de bem governar'.

Alguns exemplos desta permanência são bastante conhecidos, como “*El Príncipe en la Idea*”, dedicado a Felipe IV da Espanha (1605-1665), escrito por Diego Henriquez de Villegas e publicado em 1656 em Madri ou mesmo o “*Tratado da Boa Criação e Política Cristã em que os Pais devem criar os seus Filhos*” (1633) de Pedro de Santa Maria ou o “*Braquilogia de Príncipes*” de 1671, de Jacinto de Deus³⁰.

Politique de L'Antiquité aux Lumières, p. 31.

²⁷ De autoria presumida de Ferrand Martinez, arqui-diácono de Madri por volta do ano 1300.

²⁸ SOUZA, José Antônio de C.R.; BARBOSA, João Moraes. *O Reino de Deus e o Reino dos Homens*, p. 162.

²⁹ PERNOT, Laurent. *Apud*, THELAMON, Françoise. *Opus cit*, p. 31.

³⁰ Uma lista não exaustiva de Espelhos escritos ou publicados na Península Ibérica após a publicação de O Príncipe de Maquiavel poderia incluir:

1542 - De nobilitate civili et christiana;

1543 - Libro Primero del Espejo dlla Princesa Christiana;

1544 - Sobre os Trabalhos do Rei, de Lourenço de Cáceres a D. João III;

1544 - Libro Primero del Espejo del Principe Christiano, de Francisco de Monção;

1545 - Libro Segundo del Espejo del Perfecto Principe Christiano;

1545 c.- Da [Creação] dos Principes, de António Pinheiro;

A arte de 'governar sem perder a alma' estabelece uma estreita relação entre uma determinada concepção de 'ética' imbricada na retórica do 'belo', 'bom' e 'justo', que não buscava apenas a aparência de justiça, beleza e bondade do governante, mas sim que esta aparência correspondesse a 'essência verdadeira' e cristã – assim se supunha – destas virtudes.

No “*El Príncipe en la Idea*” (1656), já bem distante dos primeiros modelos medievais, podemos encontrar um exemplo deste esforço doutrinário católico. Dividido

-
- 1549 - Tratado Moral de Louvores e Perigos de Alguns Estados Seculares, de D. Sancho de Noronha;
- 1550 - Doutrina e Estímulo de Príncipes, de autor anônimo;
- 1554 - Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião, atribuídas a André Rodrigues de Évora;
- 1557 - Carta ao Senhor Rei D. Sebastião sobre o Ofício e qualidades de um rei, de Gonçalo Dias de Carvalho;
- 1560 - Prática que fez um lavrador a el—Rei Arsano de Pérsia tirada do latim por Fr. Jerónimo de S. Bernardo Monge de Cister, e dedicada ao Senhor Rei D. Sancho, texto medieval publicado em Coimbra em 1560;
- 1562 - Carta de D. Álvaro de Castro ao Cardeal D. Henrique, escrita por ocasião de sua eleição como regente;
- 1563 - Diálogo da justiça, inserto na primeira parte da Imagem da vida cristã, de Fr. Heitor Pinto;
- 1565 - Regras para a educação de El—Rei D. Sebastião (Institutio Sebastiani Primi), de Diogo de Teive;
- 1572 - Da Instituição Real e sua Disciplina, de Jerónimo Osório, bispo de Silves;
- 1584 - Tractado del Consejo y de los Consejeros de los Príncipes, de Bartolomeu Filipe;
- 1592 - Despertador de Cortesanos ó Aviso de Privados (em castelhano) , de António de Guevara;
- 1598 - Volume Primero del Espejo de Príncipes y Ministros, de Martim de Carvalho Vilasboas;
- 1640 - Idea de un Príncipe político Christiano, Representada en cien Empresas (em castelhano), Diego de Saavedra Fajardo;
- 1641 - Primores Políticos e regalias de nosso Rei D. João IV de maravilhosa memória, de António de Freitas Africano;
- 1644 - Arte de Reinar, ao Potentíssimo Rei D. João IV, Nosso Senhor Restaurador da Liberdade Portuguesa, de António Carvalho de Parada;
- 1646 - El Discreto (em castelhano);
- 1647 - Oráculo Manual y Arte de Prudência (em castelhano), de Baltasar Gracián;
- 1649 - Suma política, oferecida ao príncipe D. Theodósio nosso senhor, de Sebastião César de Meneses;
- 1656 - El Príncipe en la Idea, Diego Henriquez de Villegas;
- 1671 - Braquilogia de Príncipes, de Frei Jacinto de Deus;
- 1683 c - Instrução Política ao Sereníssimo Príncipe Dom Pedro Nosso Senhor Depois Rei 2.º Do Nome em Portugal, de D. Luís de Meneses, Conde da Ericeira;
- 1683 - O Príncipe dos Patriarcas, volume 1, do padre João dos Prazeres;
- 1689 - O Príncipe dos Patriarcas, volume 2, do padre João dos Prazeres;
- 1697 - Discurso Político oferecido a El Rei D. Pedro II (em castelhano), de Frei Manoel Chainho;
- 1786 - Epodos que contém Sentenças úteis a todos os homens de quaes se accrescentão Regras para a boa educação de hum Príncipe. Composto tudo na Língua Latina por Diogo de Teive, Lente de Humanidades e depois Reitor do Collegio das Artes da Universidade de Coimbra no tempo d’ El Rei D. João III. Traduzido na vulgar em verso

em trinta “Ethologias” ao longo de mais de quatrocentas páginas, dá ensinamentos tais como

Há de ser o Príncipe primeiro motor de modéstia, temperança, pensamentos, ações, doação, trajes e gastos: assim o entendeu o Rei de Nápoles Dom Afonso: grande dívida, grande posto, grande obrigação, quem sabe a arte de ensinar Príncipes, elogia quando repreende³¹.

ou, mais adiante:

Busque-se o melhor; não se busque o mais usado: sempre o bom, ao bom aproveitará: se o que se semeia, se colhe; que colheita pode esperar, quem semeia vanidades, adornos, galas, jogo; banquetes, festins, galanteios; e prodigalidades: colherá descuidos, riscos, [omiss nossa...] desordens, indecências, escândalos, e necessidades.³² (...)

Especialmente para o século XVIII, a invocação do uso da razão como guia deve ser pesquisada do ponto de vista do controle jurídico-político-moral. Perguntas e respostas sobre as intrincadas relações entre moralidade, razoabilidade e seu controle dentro de concepções que hoje nos remetem a uma ideia histórica de legalidade – ou mesmo de legitimidade – podem ser buscadas aqui. A composição feita entre o racionalismo iluminista e o fideísmo católico em Portugal resultou em curiosas e exclusivas produções culturais que, incluindo doutrina, leis e até monumentos arquitetônicos, revelam-se como importantes vias de acesso ao passado.

A partir do século XIX a doutrina laica – especialmente a francesa – e as leis régias e, mais tarde, republicanas, assumem um papel cada vez mais primordial. O gradativo afastamento da igreja das questões jurídicas e políticas vai se consolidando em diversos pontos. Assim, para este período, a pesquisa pode com proveito ser feita a partir da doutrina, das leis e da jurisprudência.

solto por Francisco de Andrade. Copiado fielmente da edição de Lisboa de 1565; 1790 - O Príncipe Perfeito. Emblemas de D. João Solórzano, de Francisco António de Novaes Campos.

* Fonte principal: HANSEN, João Adolfo. *Educando Príncipes no Espelho*. In, Marcos Cezar de Freitas e Moysés Kuhlmann Jr. Os Intelectuais na História da Infância, pp. 72—73. Lista acrescida pela autora com obras localizadas em fontes esparsas.

³¹ VILLEGAS, Diego Enriquez de. *El Principe en la Idea*, p. 55.

³² *Idem, ibidem*, p. 152.

7 – Do Estado atual da questão

A questão da origem do poder de controle sobre a moralidade administrativa no Brasil tem sido tratada como um fenômeno relativamente novo, em geral estritamente vinculado às funções assumidas pelo Ministério Público após a Constituição de 1988 ou como um fenômeno surgido a partir da obra de Maurice Hauriou (1856-1929).

A pesquisa revelou a existência de um consenso apontando para o fato de que a noção de probidade/improbidade não está definida em nenhuma lei e que, portanto, é uma construção doutrinária ou jurisprudencial ainda aberta, ou seja, sujeita a uma grande margem de plasticidade. Verificou-se uma forte tendência a considerar que a origem do poder de atuar sobre a moralidade administrativa teria surgido com a Constituição de 1988, tendo raízes doutrinárias na França de Maurice Hauriou.

Uma busca em livros e manuais que trabalharam o tema moralidade administrativa no Brasil, incluindo obras de direito administrativo e também alguns artigos considerados relevantes publicados em revistas especializadas entre 1988-2015, onde se procurou verificar (1) a definição de probidade/improbidade administrativa e (2) a origem histórica que foi atribuída ao controle da moralidade no Brasil.

Dentre as obras analisadas temos, em ordem alfabética (os dados de atuação profissional foram em geral colhidos nas referências autorais das próprias publicações), que:

Para Alexandre Moraes, professor universitário, membro do Ministério Público do Estado de São Paulo entre 1991-2002, na obra *Direito Constitucional Administrativo*, publicada em 2006, os

atos de improbidade administrativa são aqueles que, possuindo natureza civil e devidamente tipificados em lei federal, ferem direta ou indiretamente os princípios constitucionais e legais da administração pública, independentemente de importarem enriquecimento ilícito ou de causarem prejuízo material ao erário³³.

O autor sinaliza que (...) a lei da improbidade, portanto, não pune a mera ilegalidade, mas sim a conduta ilegal ou imoral do agente público, e de todo aquele que o auxilie, voltada para a corrupção³⁴ e que

³³ MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional Administrativo*, p. 317.

³⁴ *Idem, ibidem*.

o ato de improbidade administrativa exige para sua consumação um desvio de conduta do agente público, que no exercício indevido de suas funções, afaste-se dos padrões éticos e morais da Sociedade, pretendendo obter vantagens materiais indevidas ou gerar prejuízos ao patrimônio público, mesmo que não tenha sucesso em suas intenções, como ocorre nas condutas tipificadas no art. 11 da presente lei”³⁵ [lei 8.429/92].

Não foi objeto do trabalho do autor pesquisar as origens histórico-culturais do poder de atuar sobre a moralidade administrativa, no entanto há referência à condenação da corrupção feita por Platão na República “aos que se deixam induzir por preço”³⁶ e a uma advertência feita por Cícero ao mal causado à República pelos políticos corruptos³⁷.

O autor expressa entendimento de que a necessidade de tipificação em lei federal, sem a qual a responsabilização dos agentes públicos restaria impossibilidade por ofensa aos princípios da reserva legal e da anterioridade, restou plenamente atendida pela Lei 8.429/92³⁸.

Emerson Garcia, membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, publicou com Rogério Pacheco Alves, Promotor de Justiça no Estado do Rio de Janeiro, a obra Improbidade Administrativa, que se encontra na 8ª Edição (2014), com segunda tiragem em 2015. Na especificidade aqui tratada, entendem que “sob um aspecto a doutrina é praticamente uníssona: o impulso inicial na estruturação da moralidade administrativa deve-se aos estudos realizados por Hauriou”³⁹.

Para Fábio Medina Osório, ex-membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, na obra Teoria da Improbidade Administrativa, 2ª Edição revista, atualizada e ampliada, publicada em 2010,

os conteúdos da chamada 'boa administração' costumam ser mais políticos, culturais e econômicos do que propriamente jurídicos, já que dificilmente o Poder Judiciário logra obter a imposição da eficiência administrativa pela via de sentenças ou acórdãos. Diversamente, os conteúdos da má gestão pública podem ser melhor configurados juridicamente, visto que o direito sancionador pode ocupar um importante lugar de destaque nas correções dos desvios e atos ilícitos”⁴⁰. (...) Improbidade é uma imoralidade administrativa qualificada, eis uma assertiva básica a merecer justificação⁴¹.

³⁵ MORAES, Alexandre de. *Opus cit.*, p. 317.

³⁶ *Idem, ibidem*, pp. 317-318.

³⁷ *Idem, ibidem*.

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 318.

³⁹ GARCIA, Emerson. *Dos Princípios Regentes da Probidade*. In, Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves. Improbidade Administrativa, p. 132.

⁴⁰ OSÓRIO, Fábio Medina. *Teoria da Improbidade Administrativa*, p. 47.

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 79.

O autor investiga brevemente e apenas de forma pontual a origem histórica da noção de boa/má administração, salientando que

a noção jurídica, dentro do direito administrativo, de boa administração ou gestão pública – e seu oposto, a má gestão pública – tem origem teórica mais precisa nas lições de Maurice Hauriou, jurista francês que anunciou pioneiramente o princípio da moralidade administrativa, descrevendo-o numa perspectiva funcionalmente alicerçada no ideário de boa gestão pública, independentemente do que resultasse ostensivamente programado pelo direito legislado⁴².

Mônica Nicida Garcia, membro do Ministério Público Federal, na obra *Responsabilidade do Agente Público*, de 2004, ressalta que “não há dúvida de que improbidade e moralidade são conceitos intimamente relacionados. Improbidade é desonestidade. Improbidade administrativa é desonestidade no exercício de função pública.”⁴³

Não foi objeto específico de estudo da autora a fixação da origem do poder de controle moral do agente público. De todo modo, ela entende que durante o absolutismo monárquico não é correto se falar em agente público ou em qualquer controle moral destes “agentes do rei”⁴⁴, já que o rei era “o único que podia impor sanção ao agente descumpridor de seus deveres, sempre relacionados à lealdade que devia àquele que o havia beneficiado com a outorga de um cargo”⁴⁵. Para a autora, “as sanções impostas nesse período e dentro desse contexto tinham natureza criminal”⁴⁶. Ela identifica que o francês Maurice Hauriou foi “o primeiro autor a referir-se à moralidade no âmbito do Direito Público, como princípio de observância obrigatória pela Administração”⁴⁷.

Já Sílvio Antonio Marques, Promotor de Justiça em São Paulo, na obra *Improbidade Administrativa: Ação Civil Pública e Cooperação Jurídica Internacional*, publicada em 2010, registra que “embora seja utilizada várias vezes no diploma referido [Lei n. 8.429/92], a expressão 'improbidade administrativa' é ainda muito discutida na doutrina e na jurisprudência, considerando a inexistência de uma definição normativa expressa”⁴⁸.

⁴² OSÓRIO, Fábio Medina. *Opus cit*, p. 42.

⁴³ GARCIA, Monica Nicida, *Responsabilidade do Agente Público*, p. 234

⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 311.

⁴⁵ *Idem, ibidem*.

⁴⁶ *Idem, ibidem*.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 234

⁴⁸ MARQUES, Sílvio Antonio. *Improbidade Administrativa: Ação Civil Pública e Cooperação Jurídica Internacional*, p. 39.

Também não foi objeto específico do estudo do autor a fixação da origem histórica do controle da moralidade administrativa, porém ele cita como exemplo de precedente punitivo o 'Caso Fouquet', ocorrido na França de Luis XIV (sec. XVII), onde Nicolas Fouquet, procurador-geral do parlamento, foi acusado e condenado a quinze anos de prisão fora da França por ambição e desvio de dinheiro⁴⁹.

Cita como marco colonial do controle da moralidade administrativa o Título LXXI das Ordenações Filipinas. O autor não esclarece a que livro das mencionadas Ordenações pertence tal título, mas infere-se que seja o Livro V que estabelecia pena para o crime de “peita”, que se aproxima hoje do crime de corrupção, ou seja:

Ordenações Filipinas, Livro V, Título LXXI

Dos Officiais del-Rei, que recebem serviços ou peitas, e das partes, que lhas dão, ou prometem.

Defendemos a todos os Desembargadores e Julgadores, e a quaisquer outros oficiais, assim da Justiça como da nossa Fazenda, e bem assim da nossa casa, de Governança das cidades Vilas e lugares, e outros quaisquer, que não recebam para si, nem para filhos seus nem pessoas, que debaixo de seu poder e governança tem, dádivas algumas nem presentes de pessoas alguma que seja, posto que com eles, não traga requerimento de despacho algum⁵⁰.

Wallace Paiva Martins Júnior, Promotor de Justiça, na obra *Probidade Administrativa*, registra que “não se ignora que moralidade e probidade estão intrinsecamente relacionadas e que a probidade é um dever (assim como a moralidade – e assim expressa o direito positivo brasileiro no art. 4º da Lei Federal nº 8.429/92 e um subprincípio derivado da moralidade”⁵¹.

O mesmo autor define mais adiante que

improbidade administrativa, em linhas gerais, significa servir-se da função pública para angariar ou distribuir, em proveito pessoal ou para outrem, vantagem ilegal ou imoral, de qualquer natureza, e por qualquer modo, com violação aos princípios e regras presidentes das atividades na Administração Pública⁵².

Quanto à origem histórica, o autor registra apenas pontualmente que “inegavelmente, e tendo em vista a concepção original francesa, o princípio da moralidade administrativa

⁴⁹ MARQUES, Silvio Antonio. *Opus cit.*, p. 26.

⁵⁰ Ordenações Filipinas. Livro V, p. 1218. [português atualizado pela autora, mantida a pontuação original].

⁵¹ MARTINS Jr., Wallace Paiva. *Probidade Administrativa*, p. 110.

⁵² *Idem, ibidem*, pp. 116-117.

explica-se pela repugnância ao abuso de direito, incluindo fraude à lei (que, no direito administrativo, assumem as formas de abuso e desvio de poder, respectivamente)”⁵³.

Para Wallace Martins Júnior “é verdade que na prática judiciária não raro a violação da moralidade administrativa é apressada e superficialmente diagnosticada como ofensa a ela somada a outro princípio⁵⁴ e que “o ato imoral é nulo e seu vício insanável, porque todo ato jurídico deve ter uma base ética e moral”⁵⁵.

Apesar da fixação histórica da origem do poder de fiscal moral do Agente Público, hoje atribuído no Brasil ao Ministério Público, não ter sido objeto central de estudo dos autores, há uma tendência a fixação da origem deste poder na França de Maurice Hauriou. Como um dado observado durante a pesquisa, encontramos uma forte presença de autores que são ou que já foram ligados ao Ministério Público, seja estadual ou federal.

8 – Da organização dos capítulos

O trabalho será composto de uma introdução – onde serão tratadas questões metodológicas, recorte do tema, estado atual da questão e indicação das fontes de pesquisa – e seguirá em quatro capítulos.

No Capítulo I serão abordados alguns conceitos fundamentais cuja fixação julgamos essencial ao desenvolvimento do trabalho. Assim, considerando que a ética é um conceito histórico, para verificarmos se havia ou não algum controle ético dos governantes antes do século de Hauriou, entendemos que devemos primeiro investigar a construção deste conceito ao longo da história. Devemos também investigar os conceitos de coisa pública, bem comum e justiça, por se ligarem primordialmente àquele e aos discursos sobre a construção da vida em sociedade.

O Capítulo II será dedicado à longa tradição dos Espelhos. Tradição como herança cultural, tradição como transferência de patrimônios imateriais, como são as crenças e os costumes. Buscando suas origens no platonismo, faremos um breve estudo

⁵³ MARTINS Jr., Wallace Paiva. *Idem, ibidem*, pp. 166-117.

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 58.

⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 59.

acerca de sua trajetória e importância para as artes de governar e para construção da ideia de moralidade administrativa no Ocidente europeu e suas imbricações na tradição jurídica ibérica que será herdada pelo Brasil. Observaremos também como esta tradição se manifesta no ecletismo iluminista que será construído em Portugal. Finalizando, faremos algumas incursões sobre o romantismo jurídico e a questão da moralidade positivista em suas relações com o positivismo jurídico.

Dedicaremos o Capítulo III a derrocada do positivismo e a manifestação do que usualmente se chama de pós-positivismo em suas relações com o contexto cultural brasileiro no que diz respeito ao controle da moralidade do administrador público.

No Capítulo IV abordaremos o desaparecimento físico dos espelhos de príncipe em meio a um direito que se apresenta como ilustrado e laicizado em suas rupturas e permanências com o atual modelo brasileiro controle jurídico da moralidade dos administradores públicos.

Conclusões:

Uma conjunção originária entre política e ética implicou muito cedo pensar – mesmo na Grécia antiga – sobre o que seria, afinal, o 'bem viver na cidade' e o que seriam uma cidade e um governante ideais, o que incluía indagações acerca da aptidão ou não deste ou daquele cidadão para o exercício de certas funções na *polis*.

A história político-jurídica do Ocidente europeu liga-se, desde há muito, à produção de modelos idealizados que conferiam certos padrões de 'bem reger', de bem governar o mundo. Em geral, estes modelos fluíam de algum ponto externo à vida na terra. Uma cidade celeste foi imaginada por Platão; uma outra cidade celeste foi construída por Agostinho de Hipona. Ao longo dos séculos foi produzida uma série infindável de manuais sobre como exercer o ofício de governar, verdadeiras instruções para a 'perfeição dos soberanos'.

O comportamento ético-moral de quem governa tornou-se um tema caro à Igreja cristã desde, pelo menos, inícios do século IV. Os primeiros discursos moralizantes descreviam alguns imperadores romanos como verdadeiras 'bestas ferozes', impiedosos, cruéis e devassos. A ideia de que existia um projeto de Deus para resgatar a humanidade decaída e entregue ao pecado, ao mesmo tempo em que operava sob a ótica da salvação pessoal da alma, ou seja, ao mesmo tempo em que via a salvação como um projeto individual de cada ser humano, fruto de seu livre arbítrio, impunha aos governantes o papel de condutores, de guias maiores dos desígnios de Deus para Seu povo. Os governantes, como humanos que eram, possuíam uma dupla missão: ao mesmo tempo em que deveriam governar, deveriam cuidar para não perderem a própria alma. O bom rei tinha que se lembrar de suas obrigações cristãs, dentre elas obedecer às leis de Deus e submeter-se ao governo perfeitíssimo dos papas, vigários Dele no mundo.

O controle moral dos que governam permaneceu por muito tempo sendo um território religioso do cristianismo católico e a 'tradição dos espelhos', ou seja, a prática de elaboração de roteiros contendo regras morais para o exercício do poder, regras estas inspiradas no ideal do 'príncipe perfeito', vai perdurar por muito tempo.

Muito mais do que mera representação alegórica do poder, os *Specula Principum* [Espelhos de Príncipe] materializavam um aspecto regulatório da conduta do soberano.

Através deles, quando sua produção foi incorporada ao cristianismo medieval, se iniciou o processo de estabelecimento de regras cristãs de controle e autocontrole do poder político. Muitas das normas ali expostas, que supostamente fluíam da mente de Deus, eram leis morais endereçadas à construção do governante ideal – uma adequação, em verdade, a paradigmas e pensamentos que vão se tornar típicos da cristandade medieval – e que não podiam ser violados pelo primeiro cidadão sob risco de perda da própria legitimidade para governar. O aspecto normativo dos Espelhos, mesmo não aparecendo em primeiro plano, é resultado de uma força retórica peculiar a que se liga à própria ideia do direito de reinar, de legislar e de julgar no Ocidente cristão católico.

O processo que se operou durante toda a Idade Média, mais notadamente em seus séculos finais, será importantíssimo e decisório para construção de um modelo de moralidade/culpabilidade que se desloca cada vez mais em direção a subjetividade do agente. Grande parte da estrutura de pensamento que está na base do racionalismo jurídico contemporâneo veio, em primeira mão, da renovação da exegese bíblica que se iniciou no século XII. E esta afirmação é válida para todo o Ocidente cristão. É exemplo desta renovação o pensamento de Pedro Abelardo sobre a importância da intencionalidade do agente na prática do pecado, esvaziando o ato em si mesmo como fundamento da aplicação da pena. A ética religiosa de Pedro Abelardo (morto em 1142) introduziu “o tema da 'intenção reta (*intentio recta*)', como única portadora da avaliação moral, no lugar do ato exterior e do que a ele se liga, mas a interioridade em que se escreve essa intenção permanece aberta”¹⁰⁰². O argumento central utilizado, que causou críticas ferozes no interior da Igreja¹⁰⁰³, mas que marcou profundamente o *ethos* no ocidente cristão, foi o de que os atos em si mesmos são neutros, dependendo a culpabilidade imensamente da intenção daquele que age e da sua conformação aos 'planos de Deus'¹⁰⁰⁴.

¹⁰⁰² LIBERA, Alain de. *Idade Média*. In, Monique Canto-Sperber (org.). Dicionário de Ética e Filosofia Moral, p. 500.

¹⁰⁰³ O Concílio de Sens, por instigação de Bernardo de Clairval, condenou esta moral da intenção. (Ver LIBERA, Alain de. *Idade Média*. In, Monique Canto-Sperber, Monique (org.) Dicionário de Ética e Filosofia Moral, p. 500).

¹⁰⁰⁴ Abelardo constrói, assim, as bases da ruptura nominalista. Como saber se um ato como o de Judas teve por intenção uma recompensa financeira ou se o apóstolo traidor intencionou 'querer fazer o que Deus queria que fosse feito' – já que antes de Judas, o próprio Deus havia entregado seu Filho para morrer na cruz? A intencionalidade de um ato inteiramente integrada com o querer da divindade não provocaria erro e não haveria pecado. A esta vontade divina incognoscível se renderia, mais tarde, Lutero dando início a imensa reforma protestante.

Na passagem para a Modernidade todo o edifício ideológico da Igreja se viu ameaçado. A concepção de que o ser humano é capaz de entender a ideia de 'bem na mente de Deus' e de orientar-se por sua livre escolha neste sentido é abandonada por Lutero e se constitui em um dos maiores ataques, não só contra o catolicismo, mas também contra o humanismo cristão.

A resistência católica fez nascer a segunda escolástica, fenômeno cultural típico da península ibérica, onde a Igreja encontrou em Portugal e Espanha dois aliados dispostos a barrar os ventos contestatórios tanto do humanismo cristão quanto do protestantismo. Neste ambiente cultural, a escolástica não se findou com o advento nominalismo ou com o pensamento de Ockham. Em outras palavras, parece que a conhecida 'navalha de Ockham' apenas podou a árvore do escolasticismo ibérico, que voltou, então, com forças renovadas.

Este segundo ciclo da escolástica afetará de forma muito intensa a vida universitária. Tanto Salamanca quanto Coimbra tornar-se-ão centros de excelência do escolástico-tomismo até, formalmente, o final do século XVIII.

O humanismo e o realismo político de Maquiavel foram amplamente rejeitados pela segunda escolástica, onde se preservou a crença na revelação divina, o que incluiu a ideia de direito revelado, um dos aspectos mais persistentes da cultura político-jurídica ibérica. Muito se preservou também da mística cristã do bom governante submetido ao controle moral da Igreja. Não foi por mero acaso que jamais houve uma tradução em língua portuguesa publicada do Príncipe de Maquiavel até o ano de 1933 no Brasil e 1935 em Portugal.

Os resultados do presente estudo apontam no sentido de que a ideia da existência de comportamentos ético-morais desejados e considerados mais adequados ao exercício do poder e ao trato com algo cujo conceito de aproxima de uma 'coisa pública', de há muito já existia sendo, porém, seu conteúdo imensamente variável ao longo das eras. O bom governante do realismo maquiavélico, por exemplo, contrariamente ao rei bom, justo e piedoso, deve manter seus olhos na terra, ser eficaz na proteção e manutenção do Estado e sobretudo, deve saber dar estabilidade a seu próprio poder, num modelo em que o soberano não busca a perfeição da imagem divina, mas a utiliza em sua força retórica peculiar, construindo para si apenas uma imagem do bem. O Príncipe de Maquiavel é um *specula* diferente por conter regras colhidas no longo tempo da história – ao mirar o espelho de Nicolau o soberano podia ver que o bom governante,

obediente aos ditames de uma divulgada razão eclesiástica, não existia na realidade, uma vez que dele não se encontrava exemplar entre os vencedores/sobreviventes – incluídos aí os grandes Papas – pois seriam prisioneiros de um projeto de poder impossível e acabariam vitimados por sua própria bondade, vitimando, assim, seu próprio Estado.

A vigilância e reação católicas a movimentos laicizantes vão prosseguir e, em geral, incluem ações no campo educacional, muitas delas junto ao pensamento jurídico. No final do século XIX e início do século XX, por exemplo, pode ser mencionada a participação neste esforço, explícita ou não, de diversos intelectuais vinculados à área jurídica, tais como Alexandre Correia (1891-1984), Alceu Amoroso Lima (1893-1983), Maurice Hauriou (1856-1929), António José Brandão (1906-1984), Del Vecchio (1878-1970), Cernelutti (1879-1965) e Santi Romano (1875-1947), dentre outros.

O estudo da noção de *ethos* ajudou a perceber o curioso fato de que no Brasil, onde nos anos 80 não existia uma tradição assentada de estudos éticos no campo filosófico [existe hoje?], foi exatamente onde primeiro se incluiu expressamente na Constituição o princípio da moralidade administrativa, fato que foi conjugado à assunção de poderes de vigilância da moral administrativa pelo Ministério Público, ou antes, por cada membro isolado do Ministério Público. A tradição na qual vem inserido este controle – uma *civil law* ibérica – estruturou-se profundamente impregnada da ideia de direito revelado; de uma desconfiança perene na força da razão como fonte de explicação e organização do mundo; de um respeito reverencial a regras ou poderes que pudessem evitar a «perdição da alma» e onde o livro fundador do realismo político [O Príncipe, de Maquiavel] foi publicado com quatrocentos anos de atraso. O constituinte brasileiro, passando ao largo da imensa e longa trajetória da ética como campo filosófico e de todos os debates havidos ao longo das eras sobre esta questão, estabeleceu – bem ao modo canônico-tomista – que o administrador público, para além [ou aquém] da lei, deve agir moralmente, sem esclarecer minimamente de que ética administrativa estava falando.

Os resultados do presente estudo apontam no sentido de que a ideia de que o governante/administrador público deve obedecer a regras morais que fluem de alguma área não estritamente legal, ou não ordinariamente legal, não é nova e não surgiu na França e nem, tampouco, da pena de Hauriou. Esta ideia parece se ligar, sobremaneira,

à concepção muito cara ao catolicismo de que existe uma livre escolha entre um bem e um mal e de que a liberdade de escolher entre estes dois caminhos foi dada por Deus a todos os homens. Ademais, a concepção de que existe uma medida ideal do 'justo viver no mundo dada por algo que não está no mundo', não está no direito legislado neste mundo, comporia a longa tradição católica do direito revelado, revelado, na grande maioria das vezes, a alguns membros especiais do poder [no caso histórico, do poder eclesiástico], de um modo muito comum aos doutores em leis e cânones, aos confessores régios e aos que tinham a tarefa de compor os Espelhos de Príncipe.

A percepção de que o modo contemporâneo de controle da moralidade do administrador público no Brasil é inovadora pode ser em parte ilusória uma vez que tal controle está inserido – como todo o Direito – em uma tradição jurídica que remete a um padrão endogâmico baseado em certos textos fundadores e não a outros¹⁰⁰⁵.

O movimento de extrair regras morais de princípios e transformá-las em «direito» pode significar que estamos lidando com 'crenças constitutivas', crenças ou ideias que estão na base valorativa da vida em determinada sociedade. A questão é que este processo não está livre de ideologias e preferências. A ideia de ato administrativo imoral exige que o administrador público conheça as crenças axiológicas que regem a mentalidade dos membros do poder responsável por seu controle e faz com que as crenças destes últimos transportem uma espécie de doutrina moral e se transformem em espelhos de príncipe contemporâneos, onde o administrador deve buscar a imagem da perfeição.

É curioso observar que a condição jurídica atual do Brasil, em que se vêem como temas centrais “a conexão direito-moral, a distinção regra-princípios, o balanceamento ou ponderação”¹⁰⁰⁶, tipicando algo a que se chama muitas vezes de 'neoconstitucionalismo'¹⁰⁰⁷, não é universal e “é muito paradoxal que nos dias de hoje um número crescente de países «latinos» do Velho e do Novo continente se classifiquem sob esta etiqueta duvidosa,

¹⁰⁰⁵ A tradição jurídica europeia é baseada – como outras – numa tradição literária, i.e., numa cadeia de textos cuja unidade decorre, antes do mais, da referência aos mesmos textos fundadores. No caso europeu, estes textos fundadores são, por um lado, os textos do direito romano, nomeadamente os contidos no *Corpus iuris civilis*, mandado elaborar por Justiniano I, imperador de Bizâncio (529 d.C.-565 d.C.), e os textos de direito canónico, quer os de direito divino (as Escrituras), quer os de direito humano (nomeadamente, os contidos no *Corpus iuris canonici*, c. 1140-século XV). HESPANHA, António Manuel. *Direito dos Letrados*, p. 112.

¹⁰⁰⁶ BARBERIS, Mauro. *Le Néoconstitutionnalisme Existe-t-il?* In, *Revue de Théorie Constitutionnelle et Philosophie du Droit*, n. 25, 2015, p. 102.

¹⁰⁰⁷ *Idem, ibidem*.

desconhecida no resto do mundo”¹⁰⁰⁸.

O fluxo da permanência cultural que faz do Brasil um país cristão, de fundo cultural católico e de língua portuguesa, afirma, neste século XXI, um modelo de racionalidade jurídica de um pós-positivismo que mais parece 'neobarroco', repleto de «*chiaroscuros*» ideológicos – onde muitas das conclusões jurídicas parecem emergir de imensas paixões do intelecto, como tais, mais estéticas do que éticas – e que compõem um quadro onde o 'justo' é desenhado a partir do que se divulga serem 'verdades evidentes', mas que muitas vezes estão lastradas em concepções que mais parecem 'verdades reveladas'. Uma série de discursos aparecem com vigor apaixonante, dados por um projeto doutrinal que se esconde nas entrelinhas de 'verdades simples altamente elaboradas' para se constituírem como evidentes e irrefutáveis, e que vão sendo tanto mais utilizadas quanto mais simples e óbvias aparentam ser.

Resta, ao final, que o direito brasileiro, especialmente no que diz respeito ao controle ético-moral do Administrador público, antes de trabalhar com precedentes jurisprudenciais ou de lidar com as regras jurídicas como uma construção humana em sua essência, parece sempre tender a se afeiçoar mais à antiga tradição do direito revelado, onde o controle especular da moralidade dos governantes é uma tônica milenar.

¹⁰⁰⁸ BARBERIS, Mauro. *Opus cit.*, p. 102.

Referências bibliográficas:

Livros (fontes primárias):

- ACCETTO, Torquato (c. 1590-1640). *Da Dissimulação Honesta*. Tradução Edmir Missio. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- AGOSTINHO DE HIPONA [Augustinus Hipponensis] (354-430). *Confissões*. Tradução de Maria Luiz Jardim Amarante. São Paulo: Editora Paulus, 1997.
- _____. *De Natura Boni contra Manichaeus. A Natureza do Bem Contra Maniqueus*. Edição bilingue Latim-Português. Tradução de Carlos Ancêde Nougé. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005.
- ALCEU (Séc. VII a.C.). In, *Poesia Grega e Latina*. Tradução do grego de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1964.
- ALIGHIERI, Dante (1265-1321). *A Divina Comédia*. Livro III. Paraíso. Edição bilíngue Português-Italiano. Tradução e Notas de Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Editora 34, 1998.
- _____. *Convívio*. Tradução de Carlos Eduardo de Sorveral. Lisboa: Guimarães Editores, 1992.
- _____. *Monarquía*. Estudio preliminar y notas, Laureno Robles Carcedo y Luis Frayle Delgado. Madrid (ES): Editorial Tecnos, 1992.
- ANTIFONTE (Séc. V a.C). *Testemuhos, Fragmentos e Discursos*. Tradução de Luís Felipe Bellintani Ribeiro. São Paulo: Loyola, 2008.
- APOLINAR, Francisco (Séc. XVII). *Manual moral: en el qual brevisssimamente se dá noticia de los principales casos morales que ha menester saber el que professa el confessorio*. Coimbra: na officina de Manoel Diaz, 1668. Acessado e baixado do site <http://purl.pt/14038> em março de 2013.
- AQUINO, Tomás [Santo] (c. 1224-1274). *Do Reino ou do Governo dos Príncipes ao Rei de Chipre*. Tradução de Francisco Benjamin de Souza Neto. In *Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- _____. *Suma Teológica*. Obra em 9 Volumes. Gabriel C. Galache e Fidel Garcia Rodríguez (Dir). Tradução: Aldo Vannuchi - Bernardino Shreiber - Bruno Palma - Carlos Palácio - Celso Pedro da Silva - Domingos Zamagna - Eduardo Quirino - Francisco Taborda - Gilberto Gorgulho - Henrique C. de Lima Vaz - Irineu Guimarães - João b. Libanio - José Avila - José de Souza Mendes - Luiz Paulo Rouanet - Marcio Couto - Marcos Marcionilo - Maurilio J. Camello - Maurilo Donato Sampaio - Odilton Moura - Orlando Soares Moreira - Oscar Lustosa - Romeu Dale - Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva - Waldemar Vale Martins. São Paulo: Edições Loyola, 2005-2006.
- ARISTOTE [Aristóteles] (384a.C.-322a.C). *Ethique à Nicomaque*. Traduction avec introduction, notes et index par Jules Tricot. Paris: Vrin, 1990.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Tradução do grego, introdução e notas por Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992
- _____. *Política*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

- BARRETO, Tobias (1839-1889). *Discursos*. Obras Completas, Volume IV. Aracajú: ECE: Estado de Sergipe, 1926.
- BODIN, Jean (1530-1596). *Les Six Livres de la République*. Édition de Paris de 1583. Édition et présentation de Gérard Mairet. Paris: Librairie Générale Française, 1993.
- BOETHIUS. *De Consolatione Philosophiae*. Athens: Paris: Brussels: Academy of Athens, 2000.
- BOTERO, Giovanni (c. 1544-1617). *Razon de Estado con Tres Libros de la Grandeza de las Ciudades*. Traduzido do Italiano por António de Herrera. Burgos (ES): Sebastian de Cañas, 1603. Disponível em https://books.google.com.br/books/about/Diez_Libros_de_la_Razon_de_Estado.html?id=Wn5LAAAcAAJ&redir_esc=y. Último acesso em 14 de novembro de 2014.
- BUENO, José Antonio Pimenta (1803-1878). *Direito Publico Brasileiro e Analyse da Constituição do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villneuve e Cia, 1857.
- CAMPOS, Francisco António de Novaes (Séc. XVII). *Príncipe Perfeito - Emblemas de João de Solórzano*. Prefácio, introdução, comentário e índices por Maria Helena de Teves Costa Ureña Prieto. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.
- CÍCERO, Marcos Túlio [M. Tulli Ciceronis] (106a.C.-36a.C.). *De Republica*. Disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/repub1.shtml>. Último acesso em 24 de agosto de 2013.
- DESCARTES, René (1596-1650). *Discurso do Método*. Traduzido por Maria Ermantina Galvão. Revisão da tradução por Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- DEUS, Frei Jacinto de (1612-1681). *Braquilogia de Príncipes*. Lisboa: Edições Gama, 1946.
- DUARTE [Dom] (1391-1438). *Leal Conselheiro*. Lisboa: Casa da Moeda, 1998.
- FREIRE, Pascoal José de Melo (1738-1798). *Projecto para um Novo Código de Direito Público*. Disponível em
- GAIO [Gaius] (Séc. II). *Institutas*. Tradução José Cretella Jr e Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- GONZAGA, Tomás Antônio (1744-1810). *Tratado de Direito Natural*. In, Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga. Volume II. Edição crítica de M. Rodrigues Lapa. Rio de Janeiro: MEC – Instituto Nacional do Livro, 1957.
- HALDANE, Robert (1764-1842). *Commentaire sur l'épître aux Romains*. Volume 1. Paris: Libraires Treuttel et Wurts. Genebra: Libraire Guers, 1819. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=85wUAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR>
- HAURIU, Maurice (1856-1929). *Police Juridique et Fond du Droit*. Aux Source du Droit – Le Pouvoir, L'Ordre et La Liberté, pp. 147-191. Paris: Libraire Blond & Gay, 1933. Reimpresso em GOYARD-FABRE, Simone (Dir), *Bibliothèque de Philosophie Politique et Juridique. Textes et Documents*. Paris: Centre de Philosophie Politique et Juridique. Université de Caen, 1986. Disponível em ftp://ftp.bnf.fr/000/N0004725_PDF_1_191.pdf. Último acesso em 24 de março de 2014.
-
- _____. *La Théorie de L'institution et de la Fondation*. Aux Source du Droit – Le Pouvoir, L'Ordre et La Liberté, pp. 89-128. Paris: Libraire

- Blond & Gay, 1933. Reimpresso em GOYARD-FABRE, Simone (Dir), Bibliothèque de Philosophie Politique et Juridique. Textes et Documents. Paris: Centre de Philosophie Politique et Juridique. Université de Caen, 1986. Disponível em ftp://ftp.bnf.fr/000/N0004725_PDF_1_191.pdf. Último acesso em 24 de março de 2014.
- _____. *La Jurisprudence Administrative de 1892 à 1929*. Tome Troisième. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1929. Reimpressão de 1931. Disponível em
- _____. *Principes de Droit Public*. (2e éd.). Paris: Sirey, 1914.
- HESÍODO (Séc.VIIIa.C.-Séc.VIIa.C). *Os Trabalhos e os Dias*. Edição bilingue grego-português. Tradução, introdução e notas de Alessandro Rolim de Moura. Curitiba: Cegesta, 2012.
- _____. *Teogonia. A Origem dos Deuses*. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- _____. *Ἡσιόδοος Ποιήματα / Hesiodi Carmina et Fragmenta*. Edição bilíngue Grego-Latim. Paris: Ambrosio Firmin Didot, 1841. Edição digital sob Bruce Robertson, Dept. of Classics, Mount Allison University and Federico Boschetti, ILC-CNR, Pisa. Creative Commons, 2013. Disponível em http://heml.mta.ca/Rigaudon/Views/SideBySide/hesiodoupoiemata00hesi_2013-03-07-06-28_Didor_sidebyside/hesiodoupoiemata00hesi_0001.html. Último acesso em 18 de julho de 2013.
- _____. *La Théogonie d'Hésiode*. Traduite par M. Patin de l'Académie Française. Paris, 1892.
- _____. *Theogony. The Homeric Hymns and Homerica*. English translation by Hugh G. Evelyn-White. Cambridge, MA: Harvard University Press. London: William Heinemann Ltd., 1914. Disponível em <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0130%3Acard%3D63>. Último acesso em 17 de julho de 2013.
- JHERING. Rudolph von (1818-1892). *L'Esprit du Droit Romain Dans Les Diverses Phases de Son Développement*. Traduit par O. de Meulenaere. Paris: A. Meresq, Aîné, Éditeur, 1880.
- JUSTINIANO I (483-565). *Instituições de Justiniano*. Origem do Direito Brasileiro. Tradução de Sidnei Ribeiro de Souza, Dorival Marques. Marly de Bari Matos (Adap.). São Paulo: Ícone, 1999.
- LESSA, Pedro Augusto Carneiro (1859-1921). *Estudos de Philosophia do Direito*. Rio de Janeiro: São Paulo: Belo Horizonte: Francisco Alves, 1916.
- LIPSIUS, Justus (1547-1606). *Politica Six Books of Politics or Instruction*. Tradução, edição e introdução de Jan Hendrik Wasznik. Assen (Netherlands): Royal Van Gorcum, 2004.
- KELSEN, Hans (1881-1973). *Teoria Pura do Direito*. Tradução João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MAQUIAVEL (1469-1527). *Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio [Discorsi]*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

-
- _____. [Le Prince suivi de L'Anti-Machiavel de Frédéric II]. Paris: Éditions Garnier Frères, 1960.
-
- _____. *História de Florença*. Tradução de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 1998.
- MEDRANO, Miguel de Olabarrieta (Séc. XVIII). *Recuerdo de las obligaciones del ministerio apostolico en la cura de las almas: Manual moral ordenado primariamente a los señores parrochos, ô curas, de este nuevo Mundo, en este Reyno del Perú, y los demas de las Indias; segun los decretos del Santo Concilio Tridentino, y del Sagrado Concilio Tercero Limense, aprobado por la Santidad de el papa Sixto V; y segun los demas concilios y sinodos, à que se refiere*. El licenciado don Miguel de Olabarrieta Medrano; graduado en la Real Vniversidad de San Marcos; abogado de la Real Audiencia de Lima, su patria; cura, y vicario de Soraya, en el Obispado de el Cuzco; comissario de la Santa Cruzada en la Provincia de Aymaraes. &. Lima: En [la Imprenta de] la Calle de Palacio, 1717. Disponível em <http://archive.org/details/recuerdodelasobl00olav>. Último acesso em 14 de março de 2013.
- MIRANDOLA, Giovanni Pico della (1463-1494). *Discurso sobre a dignidade do homem*. Tradução e introdução de Maria de Lourdes Sirgado Ganho. Editora: Edições 70. Lisboa, 2006.
-
- _____. *Discurso pela dignidade do homem*. [De Hominis Dignitate Oratio Ex Ioannis Pici Mirandulensis Concordiae Comititis ab Conclusionis Nongentae ad Pacem Philosophia, de 1490]. Edição bilingue latim-português. Tradução, organização, introdução e notas Antonio A. Minghetti. Edição eletrônica. Porto Alegre: Editora Fi, 2015. Disponível em: <http://www.editorafi.org>.
- PINA, Ruy de (c.1440-c.1522). *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*. In: José Corrêa da Serra. *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790.
- PIO IX (1835-1914). *Carta Encíclica Quanta Cura. Sobre los principales errores de la época*. 8 de diciembre de 1864. Disponível em www.statveritas.com.ar.
- PLATÃO (c.428a.C.-c.348a.C). *As Leis - Epinomis*. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2010.
-
- _____. [PLATON] Cousin. Paris: Pichon Libraire-Éditeur. 1832.. [Edição bilíngue grego-francês]. Disponível em <http://remacle.org/bloodwolf/philosophes/platon/cousin/lois7.htm>. Último acesso 18 de julho de 2013.
-
- _____. [PLATO]. *Laws*. Translated by Benjamin Jowett. New York, C. Scribner's sons, 1871. Disponível em <http://www.sacred-texts.com/cla/plato/laws/laws06.htm> e <http://www.documentacatholicaomnia.eu/04z/z-427-347PlatoLawsEN.pdf.html>. Último acesso em 18 de julho de 2013.
-
- _____. [PLATO]. *Platonis Opera*. Ed. John Burnet. Oxford University Press. 1903. Perseus Digital Library. Disponível em <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/>. Último acesso em 01 de novembro de 2014.
-
- _____. [PLATON] *Nomon*. Liber Septimus. Platonis opera.

- Volumen Secundum. Por Rudolf Bernard Hirschig, Carl Ernst Christoph Schneider, Jacob Hunzicker, Friedrich Dübne. Paris: Ambrosio Firmin Didot, 1846. Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=tohbAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR>. Último acesso em 15 de julho de 2013.
- _____. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 9ª edição. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2005.
- _____. [PLATO]. *Plato in Twelve Volumes*. Vols. 5 & 6 translated by Paul Shorey. Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd, 1969.
- POMBAL, Marquês de (1699-1782) e Junta de Providência Literária. *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra (1771)*. Porto: Campo das Letras, 2008.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro Cunha (Séc. XIX). *Catalogo dos manuscriptos da bibliotheca publica Eborensis*. Tomo 4 – Parte 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1712-1778). *O Contrato Social – Princípios do Direito Político*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SANCHES, António Nunes Ribeiro (1699-1783). *Cartas Sobre a Educação da Mocidade*. (1759). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.
- SANTOS, Antonio Ribeiro dos. (1745-1818). *Notas ao Título III. Dos Juízos e Penas do Novo Código de Direito Público de Portugal do Dr. Paschoal José de Mello Freire. 1844*. Disponível em <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1526.pdf> . Último acesso em 5 de junho de 2014.
- SERRA, José Francisco Corrêa da (1750-1823). *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790.
- SPRENGER, James (1435-1495); KRAMER, Heinrich (1430-1505). *Martelo das Feiticeiras*. Tradução de Paulo. Fróes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1991.
- SUAREZ, Francisco. (1548-1617). *Tractatus de Legibus ac Deo Legislatore*. Napolis (IT): Fibrenianis, 1872.
- _____. *Tratado de las Leyes y de Dios Legislador*. Tradução ao espanhol de Jaime Torrubiano Ripoll. Tomo I. Madrid: Hijos de Reus, 1918.
- THOMAZ, Manoel Fernandes (1771-1822). *Repertório Geral ou Índice Alfabético de Leis Extravangantes do Reino de Portugal*. Vol. 1 . Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1815. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=lllFAAAAcAAJ> . Último acesso em 25 de novembro de 2013.
- TUCÍDIDES (c.460a.C.-400a.C). *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução do grego por Mário da Gama Kury. - 4ª edição - Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- URUGUAI, Visconde do (Paulino José Soares de Souza, 1807-1866). *Ensaio Sobre Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. Disponível em <https://archive.org/details/ensaiosobreodire00urug>.
- VALLA, Lorenzo (1407-1457). *The Donation of Constantine*. Text and Translation Christopher B. Coleman. In *The Treatise of Lorenzo Valla on the Donation of*

- Constantine. New Haven: Yale University Press, 1922.
- VASCONCELLOS, Zacarias de Goes e (1815-1877). *Natureza e Limites do Poder Moderador*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.
- VIDE, Sebastião Monteiro da (1643-1722). *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707*. Reprodução Fac-similar da 2ª edição de 1853. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007.
- VILLEGAS, Diego Enriquez de (Séc. XVII). *El Principe en la Idea*. Madrid: Imprenta Real, 1656.
- VIRGÍLIO. [Publius Vergilius Maro] (70a.C.-19a.C). *Eneida*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: A Montanha, 1983.
-
- _____. *Geórgicas*. Livro I. Edição bilingue latim-português. Traduzido por Sérgio Monteiro Zan. Georgicon I, Uma Tradução. In, Revista UniLetras, Vol. 24, nº 1, 2002, pp. 245-286. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002. Disponível em revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/download/253/256 . Último acesso em 30 de novembro de 2014.
- VOLTAIRE (1694-1778). *Dicionário Filosófico* (1764). Tradução Ciro Mioranza e Antônio Geraldo da Silva. São Paulo: Escala, 2008.

Normas e Leis:

- ALFONSO X (1221-1284). *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio: cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1807. Disponível em http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/las-siete-partidas-del-rey-don-alfonso-el-sabio-cotejadas-con-varios-codices-antiguos-por-la-real-academia-de-la-historia-tomo-2-partida-segunda-y-tercera-0/html/01f12004-82b2-11df-acc7-002185ce6064_23.htm. Último acesso em 26 de dezembro de 2014.
-
- _____. *Las Siete Partidas*. Disponível em <http://ficus.pntic.mec.es/jals0026/documentos/textos/7partidas.pdf>. Último acesso em 07 de dezembro de 2014.
- Concílio Ecumênico de Trento. Tradução de *Dercio Antonio Paganini*. Disponível em <http://agnusdei.50webs.com/trento2.htm>. Último acesso em 18 de setembro de 2014.
- Constituição Portuguesa de 23 de setembro de 1822. Disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1822.pdf> . Último acesso em 23 de julho de 2014.
- Constituição Portuguesa de 1826. Publicação Eletrônica da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1533.pdf. Último acesso em 23 de julho de 2014.
- Constituição Portuguesa de 1838. Publicação Eletrônica da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1058.pdf. Último acesso em 23 de julho de 2014. . Último acesso em 23 de julho de 2014.
- Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824). Brasília: Presidência

- da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Último acesso em 11 de dezembro de 2014.
- Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Brasília: Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Último acesso em 11 de dezembro de 2014..
- Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Brasília: Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Último acesso em 11 de dezembro de 2014.
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). Brasília: Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Último acesso em 11 de dezembro de 2014.
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Brasília: Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Último acesso em 11 de dezembro de 2014.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Brasília: Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Último acesso em 11 de dezembro de 2014.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17.10.1969). Brasília: Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm. Último acesso em 11 de dezembro de 2014.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Último acesso em 11 de dezembro de 2014.
- Decreto de 5 de abril de 1821 (Portugal). In, Legislação de 1821. Disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/12/7/p53>. Último acesso em 13 de dezembro de 2014.
- Estatutos Da Universidade De Coimbra: Compilados Debaixo Da Immediata E Suprema Inspeção De El Rei D. José I. Nosso Senhor Pela Junta De Providencia Literaria. Volume 2. Cursos Juridicos Das Faculdades De Canones e De Leis. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1772. Disponível em https://books.google.com.br/books/about/Estatutos_Da_Universidade_De_Coimbra.html?id=0CRPAAAcAAJ&redir_esc=y. Último acesso em 13 de dezembro de 2014.
- Ordenações Afonsinas. Disponível em www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/. Último acesso em 15 de outubro de 2014.
- Ordenações Filipinas. Vols. 4 e 5. Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870. Edição Fac-similar. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- JUSTINIANO I. *Digesta. Digesto de Justiniano*. Bilingue Latim-Português. Tradução de

Hélcio Maciel França Madeira, 2ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais; Osasco, SP: Unifio, 2000.

_____. *Instituições de Justiniano*. Traduzido por por Sidnei Ribeiro de Souza e Dorival Marques. Adaptação: Marly de Bari Matos. São Paulo: Ícone, 1999.

Ordem de Cristo. *Diffinicoens, & estatutos dos cavalleyros, e freyeres*. Lisboa Occidental: Na Officina de Pascoal da Sylva, impressor de Sua Magestade, 1717 . <http://archive.org/details/diffinicoensesta00orde>. Último acesso em 07 de março de 2013.

Outras:

Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no Tempo da Invasão dos Denominados Jesuitas e dos Estragos Feitos nas Sciencias e nos Professores, e Directores que a Regiam pelas Maquinações, e Publicações dos Novos Estatutos por Elles Fabricados. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1771. Disponível em www.googlebooks.com. Último acesso em 22 de julho de 2014.

Documentos Parlamentares 122. In, *Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil*. Brasília: Centro de Documentação e Informação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

Documentos. In, *Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga*. Volume II. 217-346 Edição crítica de M. Rodrigues Lapa. Rio de Janeiro: MEC – Instituto Nacional do Livro, 1957.

Index Librorum Prohibitorum [1559]. Disponível em <http://www.aloha.net/~mikesch/ILP-1559.htm> . Último acesso em 11 de dezembro de 2014.

Ioannes Paulus PP. II. *Veritatis Splendor a todos os Bispos da Igreja Católica sobre algumas questões fundamentais do Ensino Moral da Igreja*, de 06 de agosto de 1991. Disponível em www.santuariofatima.org.br/downloads/veritatisplendor.pdf. Último acesso em 27 de dezembro de 2014.

Livros (fontes secundárias):

AARON, Richard. *The Theory of Universals*. Oxford: Clarendon Press, 1952.

ABAURRE, M. Bernadette; PFEIFFER, Claudia; AVELAR, Juanito [Orgs]. *Fernão de Oliveira – um gramático na história*. Campinas (SP): Pontes Editores, 2009.

ABREU, Ilda Maria Assunção e Silva Soares de. *Simbolismo e Ideário Político: A Educação Ideal para o Príncipe Ideal Seiscentista*. Lisboa: Estar Editora, 2000.

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizés do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE, Martim Eduardo Corte Real de. *A Sombra de Maquiavel e a Ética Tradicional Portuguesa: Ensaio de História das Idéias Políticas*. Lisboa: Instituto Histórico Infante Dom Henrique/Faculdade de Letras Da Universidade De Lisboa, 1974.

_____. *Maquiavel e Portugal*. Lisboa:

Aletheia Editores, 2007.

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Volume III. Porto: Livraria Civilização, 1970.

ALMEIDA, Isabel Maria Banond de. *A Ideia de Liberdade em Portugal: do Contratualismo Absolutista às Sequelas do Triênio Vintista*. Coimbra: Almedina, 2012.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de Cem Faces. O Universo Relacional de um Advogado Setecentista*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2004.

ARANHA, Márcio Iorio. *Interpretação Constitucional e as Garantias Institucionais dos Direitos Fundamentais*. Coleford (UK): Laccademia Publishing, 2014.

ARAÚJO, Edmir Netto de. *O ilícito administrativo e seu processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

ARASSE, Daniel. *La Guillotine et l'Imaginaire de la Terreur*. Paris: Flammarion, 1987.

ARCE, Javier. *Bárbaros y Romanos en Hispania*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios*. 13a edição. São Paulo: Malheiros, 2012.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Introdução à História do Direito*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

BALAUDÉ, Jean-François. *Les Théories de la Justice dans L'antiquité*. Paris: Armand Colin, 2005.

BARKER, Ernest. *Teoria Política Grega*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978.

_____. *Greek Political Theory: Plato and His Predecessors*. London and New York: Methuen, 2009.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

_____. *Interpretação e Aplicação da Constituição*. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BAYER, Raymond. *Historia de la Estética*. México: Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1965.

BENSON, Hugh H (ed.). *A Companion to Plato*. Oxford: Blackwell, 2006.

BERMAN, Harold J. . *La Formación de la Tradición Jurídica de Occidente*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições – Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BILLIER, Jean-Cassien. MARYIOLI, Aglaé. *História da Filosofia do Direito*. Tradução de Maurício de Andrade. Barueri (SP): Manole, 2005

BITTAR, Eduardo C. B e ALMEIDA, Guilherme Assis de Almeida. *Curso de Filosofia do Direito*. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

BITTAR, Eduardo C.B. . *Teorias Sobre a Justiça*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000.

BLASCO, Pedro Luis (Ed y Coord). *La Justicia entre la Moral y el Derecho*. Madrid

- (ES),: Editorial Trotta, 2013.
- BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico: Lições de Filosofia do Direito*. São Paulo: Ícone, 1995.
- BOSSUAT, Robert. *La Littérature Morale au Moyen Age*. Paris: Larousse, 1935.
- BOUINEAU, Jacques (dir). *Personne et Res Publica*. Paris: L'Harmattan, 2008.
- BOUWSMA, William. *Venice and the Defense of Republican Liberty: Renaissance Values in the Age of the Counter-Reformation*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- BRANDÃO, António José. *Sobre o Conceito de Constituição Política*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipographia, 1944.
- BURY, John. *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (Org.). Brasília/DF: Iphan/Monumenta, 2006.
- BRAIBANT, M. Guy e Outros. *Le Contrôle Juridictionnel Des Actes Administratifs*. [Séminaire Multilatéral: Madrid, 13-15 Novembre 1996]. Strasbourg: Éditions du Conseil de l'Europe, 1997.
- BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. Volume III. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.
- BUJANDA, Jesús Martínez de. RICHTER Marcella (Org.). *Index librorum prohibitorum:1600-1966. Série Index des livres interdits*. Volume 11. Sherbrooke (Canada): Université de Sherbrooke. Centre d'études de la Renaissance. Genève (Suisse): Librairie Droz, 2002.
- BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe*. Discurso normativo e representação (1525-1549). Lisboa, Cosmos, 1996.
- BURCKHARDT, Jacob. *La Civilisation en Italie au temps de la Renaissance*. Traduction M. Schmitt. Paris: Plon-Nourrit et Cia, 1885.
- CAENEGEM, Raoul Charles van. *Uma Introdução Histórica ao Direito Privado*. Tradução de Carlos Eduardo Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CAETANO, Marcello. *História do Direito Português*. Lisboa: Editorial Verbo, 1992.
- CAILLÉ, Alain. LAZZERI, Christian e SENELLART, Michel (Orgs.). *História Argumentada da Filosofia Moral e Política: A Felicidade e o Útil*. Tradução de Alessandro Zir. São Leopoldo, RS: Editora da Unisinos, 2004.
- CALAFATE, Pedro (Dir.) *História do Pensamento Filosófico Português*. Volumes I, II e III. Lisboa: Editorial Caminho, 2001. Volume IV. Lisboa: Editorial Caminho, 2004. Volume V. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.
- CALAINHO, Daniela. *Agentes de Fé: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- CALABRESE, Omar. *A Idade Neobarroca*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- CAMPS, Victoria. *Breve Historia de la Ética*. Barcelona [ES]:RBA Libros, 2013.
- _____ (Ed.). *História de La Ética*. Volumes. 1, 2 e 3. Barcelona: Editorial Crítica, 2006 (vol. 1 e 2), 2007 (vol. 3).
- CANTARELLA, Eva. *Según Natura. La Bisexualidad en el Mundo Antiguo*. Madrid: Ediciones Akal, 1991.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 .

- CARVALHO, José Murilo de. *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares - Secularização, Laicidade e Religião Civil*. Coimbra: Almedina, 2006.
- CERQUEIRA Filho, Gisálio. *Autoritarismo Afetivo. A Prússia Como Sentimento*. São Paulo: Editora Escuta, 2005.
- CHASTEL, André. *Arte e Humanismo em Florença na Época de Lourenço, o Magnífico: estudos sobre o Renascimento e o humanismo platônico*. Tradução de Dorothée de Bruchard. São Paulo: Cosac e Naify, 2012.
- CHIAMPI, Irlemar. *Barroco e Modernidade*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 1998.
- CHOUQUER, Gérard. *Etude juridique et historique du dominium e de la propriété foncière dans le monde romain – 1er s. av-1er s. ap-J.C..* [Livre Électronique]. Paris: FIEF – Frande International Pour L'Expertise Foncière, 2014.
- CLARK, Stuart. *Pensando Com Demônios. A Ideia de Bruxaria no Princípio da Era Moderna*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: EDUSP, 2006.
- COELHO, Luiz Fernando Coelho. *Aulas de Introdução ao Direito*. Barueri (SP): Manole, 2004.
- COELHO, Nuno Morgadinho. *Pensamento Jurídico e Antilógica em Antifonte*. In, Filosofia e Teoria Geral do Direito. Estudos em Homenagem a Tércio Sampaio Ferraz Júnior. João Maurício Adeodato e Eduardo Bittar (Org). São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2011.
- COGAN, José Damião Pinheiro Machado. *Mandado de Segurança na Justiça Criminal e Ministério Público*. São Paulo: Editora Saraiva, 1990.
- COLLAÇO, João Maria Tello de Magalhães. *Ensaio Sobre a Inconstitucionalidade das Leis no Direito Português*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915. Disponível em <https://www.mirrorservice.org/sites/gutenberg.org/3/6/9/2/36927/36927-h/36927-h.htm>. Último acesso em 08 de agosto de 2014.
- COLEMAN, Christopher B. *The Treatise of Lorenzo Valla on the Donation of Constantine*. New Haven: Yale University Press, 1922.
- COLLINGWOOD, Robin George. *A Ideia de História*. Tradução de Alberto Freire. Lisboa: Presença, 1986.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Ética, Direito e Moral no Mundo Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CORBAIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da Virilidade*. Tradução de Francisco Moraes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- CORETH, Emerich; NEIDL, Walter M. e PFLIGERSDORFFER, Georg (Editores). *Filosofía Cristiana en el Pensamiento Católico de los Siglos XIX y XX*. Tomo 3. Corrientes Modernas. Tradução ao espanhol de Ildefonso Murilo (Coord). Madrid (ES): Ediciones Encuentro, 1997.
- CORTINA, Arnaldo. *O Príncipe de Maquiavel e seus Leitores. Uma Investigação sobre o Processo de Leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- COSTA, Moacyr Lobo da. *A Revogação da Sentença*. São Paulo: EDUSP: Ícone, 1995
- CREVELD, Martin Van. *Ascensão e Declínio do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CUNHA RODRIGUES, José Narciso da. *Lugares do Direito*. Coimbra: Coimbra Editora,

1999.

- CURTIS, Michael. *Verdict on Vichy: Power and Prejudice in the Vichy France Regime*. New York: Arcade Publishing, 2002.
- DELUMEAU, Jean. *O Que Sobrou do Paraíso?* Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DEL VECCHIO, Giorgio. *História da Filosofia do Direito*. Tradução de João Baptista da Silva. Belo Horizonte: Líder, 2006.
- DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- DI PIETRO, Maria Sylvia. *Discrecionalidade Administrativa na Constituição de 1988*. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012.
- DOMINGUES, Beatriz Helena. *Tradição na Modernidade e Modernidade na Tradição: a Modernidade Ibérica e a Revolução Copernicana*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996.
- DOVER, Kenneth James. *A Homossexualidade na Grécia Antiga*. Tradução de Luis Sérgio Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.
- DUBY, Georges (Org). *História da Vida Privada, 2: Da Europa Feudal à Resnascença*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DWORKIN, Ronald, *Religion Without God*. Cambridge: Harvard University Press, 2013.
- EVANS, Richard John. *The Coming of Third Reich*. New York (USA): The Penguin Press, 2004.
- FARAGO, France. *A Justiça*. Barueri, SP: Manole, 2004.
- FARIAS, José Fernando de Castro. *A Teoria do Estado no Fim do Século XIX e no Início do Século XX*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 1999.
- FERNÁNDEZ, José Luis Soberanes. *Sobre el Origen de las Declaraciones de Derechos Humanos*. Estudios Jurídicos n. 144. México: Universidad Nacional Autónoma de Mexico; Comisión Nacional de los Derechos Humanos, 2009.
- FLEISCHACKER, Samuel. *Uma Breve História da Justiça Distributiva*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FEITLER, Bruno; LIMA, Lana Lage da Gama; VAINFAS, Ronaldo.(org). *A Inquisição em Xeque: Temas, Controvérsias, Estudos de Caso*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.
- FINNIS, John. *Ley Natural y Derechos Naturales*. Traducción e Estudio Preliminar por Cristóbal Orrego. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 2000.
- _____. *Natural Law and Natural Rights*. Oxford [UK]: Oxford University Press, 2011.
- FOURNIER, Edouard. *L'origine du Vicaire Général et des Autres Membres de la Curie Diocésaine*. Paris: Chez L'Auteur, 1940.
- FOURNÈS, Ghislaine; CANONICA, Elvezio (dir). *Le Miroir du Prince: Écriture, Transmission et Réception en Espagne (XIII-XVI Siècle)*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 2011.
- FRANZEN, August. *Breve História da Igreja*. Lisboa: Presença, 1996.
- FREITAS, Marcos Cezar de e KUHLMANN JR., Moisés (Orgs.). *Os Intelectuais na*

- História da Infância*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- FREITAS, Hudson Couto Ferreira de. *Teoria(s) do Direito: Do Jusnaturalismo ao Pós-positivismo*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.
- GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. *Improbidade Administrativa*. 8ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.
- GARCÍA, Eusebio Fernández. *Entre la Razón de Estado y el Estado de Derecho: la Racionalidad Política*. Madrid: Editorial Dykinson, 1997.
- GARCIA, Mônica Nicida. *Responsabilidade do Agente Público*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.
- GARLAND, Lynda. *Byzantine Empresses: Women and Power in Byzantium, AD 527-1204*. London: Routledge, 1999.
- GARNSEY, Peter. *Thinking About Property*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- GAZIAUX, Éric. *L'autonomie en Morale: au Croisement de la Philosophie et de la Théologie*. Louvaine (Bélgica): Presses Universitaires de Louvain, 1998.
- GIACOMUZZI, José Guilherme. *A Moralidade Administrativa e a Boa-fé da Administração Pública: o Conteúdo Dogmático da Moralidade Administrativa*. São Paulo: Malheiros, 2002 e (2ª edição), 2013.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- GILISSEN, John. *Introdução Histórica ao Direito*. Tradução de António Manuel Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- GOMBRICH, Ernest H. *Symbolic images. Studies in the art of Renaissance II*. London: Phaidon, 1978.
- GOYARD-FABRE, Simone (org). *L'État au XXe Siècle: Regards sur la Pensée Juridique et Politique du Monde Occidental*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2004.
- GROSSI, Paolo. *A Ordem Jurídica Medieval*. Tradução de Denise Rossato Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HELLMAN, John. *The Knight Monks of Vichy Regime France: Uriage, 1940-1945*. MONTREAL (CA): McGill-Queens University Press, 1993.
- HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal desde o começo da Monarchia até o fim do reinado de Affonso III*. Tomo II. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e BERTRAND. Rio de Janeiro. São Paulo. Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1914.
- HESPANHA, António Manuel. *Hércules Confundido – Sentidos Improváveis e Incertos do Constitucionalismo Oitocentista: o Caso Português*. Curitiba: Juruá Editora, 2009.
- _____. *O Direito dos Letrados no Império Português*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.
- _____. *Panorama Histórico da Cultura Jurídica Europeia*. Lisboa: Europa-América, 1997.
- HOVELER, Diane Long. *Romantic Androgyny*. University Park (USA): London (EN)

- The Pennsylvania State University Press, 1990.
- HOWARD, Keith David. *The Reception of Machiavelli in Early Modern Spain*. Woodbridge, (UK): Tamesis, 2014.
- JIMÉNEZ, Aurélio Pérez; FERREIRA, José Ribeiro; FIALHO, Maria do Céu (Editores). *O retrato literário e a biografia como estratégia de teorização política*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Málaga: Universidade de Málaga, 2004.
- KAINZ, Howard P. *Natural Law: An Introduction and Re-examination*. Chicago (USA): Open Court Publishing, 2004.
- KANTOROWICZ, Ernest H. *Os Dois Corpos do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KELLY, John M. *Uma Breve História da Teoria do Direito Ocidental*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- KELSEN, Hans. *A Democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. *O que é justiça? A Justiça, O Direito e a Política no Espelho da Ciência*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.
- _____. *Teoria Pura do Direito*. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KYMLICKA, Will. *Les Théories de la Justice: Une Introduction*. Traduzido do inglês por Marc Saint-Upéry. Paris: La Découverte, 2013.
- KOLM, Serge-Christophe. *Teorias Modernas da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KONDER, Leandro. *Em Torno de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- KUGELMAS, Eduardo (Org.). *Marquês de São Vicente*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- LACHAUD, Frederique; SCORDIA Lydwine (dir.). *Le Prince Au Miroir de la Littérature Politique de L'Antiquité aux Lumières*. Publications des Universités de Rouen et du Havre: Mont-Saint-Aignan, 2011.
- LAGARDE, André. MICHARD, Laurent. *XIXe Siècle*. Paris: Éditions Bordas, 1964.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LECLERCQ, Jacques. *Las Grandes Lineas de la Filosofía Moral*. Madrid: Editorial Gredos, 1956.
- LE GOFF, Jacques. TRUONG, Nicolas. *Una historia del Cuerpo en la Edad Media*. Traducción de Joseph M. Pinto. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *Para um Novo Conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- LEPAGE, Henri. *Pourquoi la Propriété*. Paris: Hachette, 1985.
- LEPENIES, Wolf. *As Três Culturas*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LEROY-FORGEOT, Flora. *Histoire Juridique de L'homosexualité en Europe*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- LETWIN, Shirley Robin. *On the History of the Idea of Law*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2005.
- LOPES, José Reinaldo Lima. *O Direito na História*. São Paulo: Max Limonad, 2000.

- MACEDO, Ubiratan Borges de. *A Idéia de Liberdade no Século XIX: o Caso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.
- _____. *A Presença da Moral na Cultura Brasileira: Ensaio de Ética e História das Idéias no Brasil*. Londrina (PR): Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2001.
- MACINTYRE, Alasdair. *Historia de la Ética*. Traducción de Roberto Juan Walton. Barcelona: Paidós, 2013.
- _____. *Justiça de Quem? Qual Racionalidade?*. São Paulo: Loyola, 1991.
- MALCOLM, Noel. *Aspects of Hobbes*. Oxford: Clarendon Press: Oxford University Press, 2002.
- MARQUES, Silvio Antonio. *Improbidade Administrativa: Ação Civil Pública e Cooperação Jurídica Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero aos Nossos Dias*. Tomo II. Tradução de Orlando Soares Moreira. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MARTINEZ, José Maria Blázquez. GIL, Pablo Ozcariz. *La Administración de las Provincias en el Imperio Romano*. Madrid: Editorial Dykinson, 2013.
- MARTINS Jr, Wallace Paiva. *Probidade Administrativa*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MAXWELL, Kenneth. *Marques de Pombal - Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MAZZILI, Hugo Nigro. *Regime Jurídico do Ministério Público – Análise do Ministério Público na Constituição, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, na Lei Orgânica do Ministério Público da União e na Lei Orgânica do Ministério Público Paulista*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Jovem Rei Encantado: Expectativas do Messianismo Régio em Portugal, Século XIII a XVI*. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.
- MEINECKE, Friedrich. *Machiavellism. The Doctrine of Raison d'Etat and its Place in Modern History*. Translated from the German by Douglas Scott. New York: Praeger Publishers, 1965.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 1990.
- MESQUITA, António Pedro. *O Pensamento Político Português no Século XIX*. Lisboa: Imprensa-Nacional-Casa da Moeda, 2006.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. BAGNO, Sandra. *Maquiavel no Brasil, dos Descobrimentos ao Século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora: Cia das Índias: FAPERJ, 2015.
- MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2006.
- MOTT, Luiz. *Bahia: Inquisição e Sociedade*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2010.
- NADER, Paulo. *Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010.
- NAZARIO, Luiz. *Os Autos-de-Fé Como Espetáculo de Massa*. São Paulo: Humanistas: Fapesp, 2005.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *O Diabo no Imaginário Cristão*. Bauru (SP): Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002.

- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Org). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- O'MEARA, Dominic; SCHAMP, Jacques (edit). *Miroirs de Prince de l'Empire Romain au I^{ve} Siècle*. Paris: Academic Press Friborg, 2006.
- OSÓRIO, Fábio Medina. *Teoria da Improbidade Administrativa: Má Gestão Pública, Corrupção, Ineficiência*. 2ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- PAIVA, José Pedro. *Baluartes da Fé e da Disciplina: O Enlace entre a Inquisição e os Bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- PEREIRA, José Esteves. *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII: Antonio Ribeiro dos Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.
- PERELMAN, Chaïm. *Ética e Direito*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PAIM, Antonio. *O Krausismo Brasileiro*. Londrina: Edições Cefil, 1999.
- PESSARA, M^a Constança Peres Pessarra e Ricardo Nascimento Fabbrini (Coords). *Direito e Filosofia: a Noção de Justiça na História da Filosofia*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- PETRINA, Alessandra. *Machiavelli in the British Isles: Two Early Modern Translations of The Prince*. Surrey (Eng): Burlington (USA): Ashgate Publishing Limited, 2009.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2004.
- PISSARRA, Maria Constança Peres e FABBRINI, Ricardo Nascimento (Coord.). *Direito e Filosofia. A Noção de Justiça na História da Filosofia*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- POL, Roberto de (ed.). *The first translations of Machiavelli's Prince: from the sixteenth to the first half of the nineteenth century*. Amsterdam: Rodopi, 2010.
- PRODI, Paolo. *Uma História da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PUTNAM, George Haven. *The Censorship of the Church of Rome and its Influence upon the Production and Distribution of Literature*. Volumes 1 e 2. New York: London: G. P. Putnam's Sons, (vol. 1) 1906 e (vol. 2) 1907.
- QUIGNARD, Marie-Françoise; SECKEL, Raymond-Josué (dir). *L'Enfer de la Bibliothèque*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2007.
- RASSAT, Michèle-Laure. *Le Ministère Public Entre Son Passé et Son Avenir*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1967.
- REINHARDT, Klaus. SANTIAGO-OTERO, Horacio. *Biblioteca Bíblica Ibérica Medieval*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1986.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. *Exorcistas e Demônios: Demologia e Exorcismos no Mundo Luso-Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- RIDDER-SYMOENS, Hilde (Coord). *Uma História da Universidade na Europa. Volume II. As Universidades na Europa Moderna (1500-1800)*. Tradução do Gabinete de Tradução da Faculdade de Letras do Porto. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.
- RÍOS, Fernando de los. *Religión y Estado en la España del Siglo XVI*. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces: Editorial Renacimiento, 2007.

- RODRÍGUEZ, Pedro Fernández. *El Sacramento de la Penitencia: Teología del Pecado y del Perdón*. Madrid (ES): Edibesa; Salamanca (ES): Editorial San Esteban, 2003.
- RODRIGUEZ-SAN PEDRO BEZARES, Luis Enrique (Coord). *História de la Universidad de Salamanca*. Volume II. Estructuras y flujos. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004.
- ROELLIG, Ruth Margarete. *Les lesbiennes de Berlin*. Traduzido ao francês por Charles Adam. Montpellier (FR): GKC-Question de Genre, 2014.
- ROJAS, Sergio. *Escritura Neobarroca*. Santiago de Chile: Palinodia, 2010.
- ROMANO, Santi. *O Ordenamento Jurídico*. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.
- ROMILLY, Jacqueline de. *História e Razão em Tucídides*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- ROVIRA, Monica García-Salmones. *The Project of Positivism in International Law*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2013.
- SABINE, Georges H. *Historia de la Teoría Política*. Traducción de Vicente Herrero. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça no Mundo Contemporâneo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- SALLES, Catherine. *Nos Submundos da Antiguidade*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SANTOS, Cândido. *Augustinismo Heterodoxo. O Jansenismo em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.
- SAVIGNY, F C Von. *Histoire du Droit Romain au Moyen Age*. Traduite de L'Allemand par Chales Guenoux. Paris: Charles Hingray, éditeur, 1839.
- SAUWEN F.º, João Francisco. *Ministério Público Brasileiro e o Estado Democrático de Direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- SCHIAVONE, Aldo. *Ius. La invención del derecho en Occidente*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2012.
- SENEILLART, Michel. *As Artes de Governar*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2006.
- SEVIER, Christopher Scott. *Aquinas on Beauty*. Maryland (USA): Lexington Books, 2015.
- SIQUEIRA, Sônia A. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- SILVA, Gilvan Ventura da. MENDES, Norma Musco. *Repensando o Império Romano - Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.
- SILVA, Jairdilson da Paz. *La "Santa Ciudadanía" del Imperio: Confesionalidad Como Fuente Restrictiva de Derechos en Brasil (1823-1831)*. Tese apresentada e aprovada. Departamento de Derecho Público General da Facultad de Derecho de la Universidad de Salamanca, 2014. Disponível em: http://gredos.usal.es/xmlui/bitstream/handle/10366/124103/DDPG_SilvaJairdilsonDaPaz_Tesis.pdf?sequence=3. Também publicada em formato impresso pela Ediciones Universidad de Salamanca, 2016.

- SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____; KESSLER, Eckhard (Ed.). *The Cambridge History of Renaissance Philosophy*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2003.
- SOLOMON, Robert C. MURPHY, Mark C. *What is Justice. Classic and Contemporary Readings*. New York: Oxford University Press, 1990.
- SOUZA, José Antônio de C. R. de; BARBOSA, João Moraes. *O reino de Deus e o reino dos Homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- TEIXEIRA, António Braz. *A Filosofia Jurídica Brasileira do Século XIX*. Ribeirão (PT): Húmus. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2011.
- TRUYOL Y SERRA, António. *História da Filosofia do Direito e do Estado. Tradução de Henrique Barrilo Ruas*. Lisboa: Instituto de Novas Profissões, 1986.
- TUCCI, José Rogério Cruz e Tucci. AZEVEDO, Luiz Carlos. *Lições de História do Processo Civil Lusitano*. São Paulo: Revista do Tribunais, 2009.
- YATES, Frances Amelia. *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*. Tradução de Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.
- _____. *La Filosofía Oculta en la Época Isabelina*. Traducción de Roberto Gómez Ciriza. Buenos Aires, 2000.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos: Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1975.
- VENÂNCIO Fº, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo: 150 anos de Ensino Jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- VILLEY, Michel. *Filosofia do Direito: Definições e Fins do Direito. Os Meios do Direito*. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- VIROLI, Maurizio. *O Sorriso de Nicolau*. Tradução de Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- WITTE Jr., John; ALEXANDE, Frank S (Edit). *The Teachings of Modern Roman Catholicism on Law, Politics, and Human Nature*. New York: Columbia University Press, 2007.
- ZILLES, Urbano. *Os Sacramentos da Igreja Católica*. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.

Artigos:

- ALCALÁ, Ramón Román. *Logos y Antilogos en Protágoras: la Inagotabilidad del Campo Veritativo*. Pensamiento: Revista de investigación filosófica, Volume 42, nº 208. Alcalá, págs. 145-151. Madrid: UPC, 1998.
- ARANGUREN, José Luis L. *La Ética Protestante*. In, Victoria Camps (ed). *História de La Ética*, vol. 1, pp. 490-506. Barcelona: Editorial Crítica, 2006.
- ASSUNÇÃO, Carlos e SANTOS, Helena Pessoa. *Da Idade Média a Fernão de Oliveira, O Primeiro Gramático da Lusofonia*. In, M. Bernadette Abaurre; Claudua Pfeiffer e

- Juanito Avelar [Orgs]. Fernão de Oliveira – um gramático na história. Campinas (SP): Pontes Editores, 2009.
- AUVRAY-ASSAYAS, Clara. *Le Cosmos et l'Éthique du Prince: une relecture du De clementia de Sénèque et du Songe de Scipion de Cécéron*. In, Frederique Lachaud e Lydwine Scordia (dir.). *Le Prince Au Miroir de la Littérature Politique de L'Antiquité aux Lumières*. Publications des Universités de Rouen et du Havre: Mont-Saint-Aignan, 2011.
- BAGNO, Sandra. *O Brasil na Hora de Ler Maquiavel: Notas Sobre a Primeira Edição Brasileira d'O príncipe, Traduzido por Elias Davidovich*. Revista Tempo [online]. 2014, vol.20, pp. 1-41. Oct 28, 2014. Disponível em http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2014/12/rolling-pass_tem_369_pt.pdf. Último acesso em 20 de dezembro de 2014.
- BARBERIS, Mauro. *Le Néoconstitutionnalisme Existe-t-il?* In, Revus [on line]. Revue de Théorie Constitutionnelle et Philosophie du Droit, n. 25, pp. 101-124. Traduzido do italiano para o francês por Pierre Brunet e Jérémy Mercier. Kranj (Eslovênia): Center za Raziskovanje Evropske Ustavnosti in Demokracije, 2015. Disponível em <http://revus.revues.org/3208>. Último acesso em 10 de agosto de 2015.
- BARRAU, Julie. *Ceci n'est pas un miroir, ou le Policraticus de Jean de Salisbury*. In, Frederique Lachaud e Lydwine Scordia (dir.). *Le Prince Au Miroir de la Littérature Politique de L'Antiquité aux Lumières*. Publications des Universités de Rouen et du Havre: Mont-Saint-Aignan, 2011.
- BARROCHE, Julien. *Maurice Hauriou, Juriste Catholique ou Libéral?* In, Revue Française d'Histoire des Idées Politiques, nº 28, pp. 307-335. Paris: Éditions Picard, 2008.
- BARROSO, Luís Roberto. *Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro*. Revista Diálogo Jurídico, Ano 1, v.1, n. 6, pp. 9-44. Salvador: Centro de Atualização Jurídica, setembro de 2001.
- BARTUREN, María Begoña Arbulu. *La fortuna de Maquiavelo en España: las primeras traducciones manuscritas y editadas de "Il principe"*. In, Ingenium. Revista Electrónica de Pensamiento Moderno y Metodología en Historia de la Ideas. Pp. 3-27. Vol. 7, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2013.
- BEÇAK, Rubens. *A Dimensão Ético-Moral e o Direito*. In, Revista Brasileira de Direito Constitucional (Online), v. 9, p. 307-320, jan./jun. 2007. Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-09/RBDC-09-307-Rubens_Becak.pdf. Último acesso em 11 de dezembro de 2014.
- _____. *A Presença da Simbologia Religiosa no Brasil Contemporâneo e sua Contextualização no Plano Ético-Moral - Aspectos Jurídico-Constitucionais*. Anais da 25ª RBA Saberes e práticas antropológicas desafios para o século XXI, v. 1, p. 1, 2008. Disponível em www.myrtus.uspnet.usp.br/pesqfdrp/portal/professores/becak/pdf/simbologia_religiosa.pdf. Último acesso em 11 de dezembro de 2014.
- _____. *Sobre a Origem das Normas Constitucionais: a Identificação do Campo Ético-Moral e sua Relação com o Direito*. In: Rubens Beçak; Ignácio Maria Poveda Velasco. (Org.). *O Direito e o Futuro da Pessoa*. pp; 16-128. São Paulo: Atlas, 2011.

- BEÇAK, Rubens; TEIXEIRA, Bruna de Cássia. *Paternalismo, Intervencionismo e Função Moral do ordenamento jurídico*. In: 2ª Semana Jurídica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP. Ribeirão Preto: FDRP, 2009.
- BENNETT, Judith M. *Confronting Continuity*. *Journal of Women's History*. Volume 9 – n. 3. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.
- BIZARRI, Hugo Oscar. *Las Colecciones Sapienciales en el Proceso de Reafirmación del Poder Monárquico (Siglos XII y XIV)*. In: Jean Roudil (Dir). *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, nº 20, pp. 35-73. Paris: Séminaire d'Études Médiévales Hispaniques de l'Université de Paris XIII, 1995.
- BLASCO, Pedro Luis. *Introducción*. In: Pedro Luis Blasco (Ed y Coord). *La Justicia entre la Moral y el Derecho*. Madrid (ES): Editorial Trotta, 2013.
- BOURTHOUMIEUX, Charles. *Une Critique Allemande du Positivisme Juridique*. In: *Revue Internationale de Droit Comparé*. Vol. 3, nº1, Janvier-mars, pp. 81-90. 1951. Disponível em www.persee.fr/doc/ridc_0035-3337_1951_num_3_1_6315. Último acesso em 27 de dezembro de 2014.
- BOLLARD DE BROCE, Kathleen, "The Rhetoric of Exemplarity in Two Spanish Sixteenth-century Specula Principis". *Symposium: A Quarterly Journal in Modern Literatures* n. 53.2, pp. 83-92, Summer, 1999.
- BORGHESI, Francesco. *A Life in Works*. In: Michael Vincent Dougherty (Ed). *Pico della Mirandola: New Essays*. New York (USA): Cambridge University Press, 2008.
- BOUINEAU, Jacques. *Autour de la Notion de Res Publica*. In: *Historia et ius* [www.historiaetius.eu]. Num. 5 (giugno 2014). Direzione: Paolo Alvazzi del Frate (Università Roma Tre) - Giovanni Rossi (Università di Verona). Paper 1, 13 páginas.
- _____. *Personne et res publica dans les régimes absolus de l'Époque moderne en Europe*. In: Jacques Bouineau (dir). *Personne et Res Publica*, p. 35. Paris: L'Harmattan, 2008.
- BRANDÃO, António José. *Moralidade Administrativa*. In: *Boletim do Ministério da Justiça* [Portugal], nº 1 (Julho), pp. 50-73. Lisboa: Ministério da Justiça, 1947.
- _____. *Moralidade Administrativa*. In: *Revista de Direito Administrativo*, nº 25, pp. 454-467. Rio de Janeiro, 1951. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/issue/view/1006>. Último acesso em 15 de novembro de 2014.
- BRUHNS, Hinnerk. *O Conceito de Patrimonialismo e Suas Interpretações Contemporâneas*. Tradução de Thiago Nasser. In: *Revista de Estudos Políticos*, nº 4 – pp. 61-77. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos em Teoria Política da UFRJ. Niterói: Laboratório de Estudos Hum(e)anos do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF, 2012/01. Disponível em <http://revistaestudospoliticos.com/numero-4/>. Último acesso em 15 de setembro de 2014.
- BUJANDA, Jesús Martínez de e RICHTER, Marcella. *Introduction*. In: *Index librorum prohibitorum: 1600-1966*, pp. 27-44. In: *Index librorum prohibitorum: 1600-1966. Série Index des livres interdits*. Volume 11. Jesús Martínez de Bujanda e Marcella Richter (Org.). Sherbrooke (Canada): Université de Sherbrooke. Centre d'études de la Renaissance. Genève (Suisse): Librairie Droz, 2002.
- CABRAL, Gustavo César Machado. *Thomasius e o Direito Natural*. In: *Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, no.72, pp. 145-167. Florianópolis: Programa de Pós-

Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Janeiro/Abril de 2016.

- CAETANO, Marcello. *Recepção e Execução dos Decretos do Concílio de Trento em Portugal*. In, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vol. 19, pp. 7-87. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1965.
- CAFFARENA, José Gómez. *El Cristianismo y La Filosofía Moral Cristiana*. In, Victoria Camps (Dir.). *Historia de la Ética*. 1. De los griegos al Renacimiento. Barcelona: Critica, 2006.
- CAILLÉ, Alain. LAZZERI, Christian e SENELLART, Michel. *A Fortuna e a Graça*. In, CAILLÉ, Alain et alii (Org). *História Argumentada da Filosofia Moral e Política*, pp. 195-207. Tradução de Alessandro Zir. São Leopoldo, RS: Editora da Unisinos, 2004.
- CALAFATE, Pedro. *Ética*. In, Pedro Calafate (Dir.). *História do Pensamento Filosófico Português*. Volume III. As Luzes, pp. 113-121. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.
- _____. *Introdução*. In, Pedro Calafate (Dir.) *História do Pensamento Filosófico Português*. Volume III. As Luzes, pp. 113-121. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.
- CÂMARA, João Bettencourt da. *A Primeira Edição Portuguesa d'O Príncipe ou o Maquiavel Fascista de Francisco Morais*. In, Res-publica. *Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais*. Número 1 – pp. 193-218. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), 2005. Disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/respublica/article/view/2399>. Último acesso em 31/05/2014.
- CARCEDO, Laureano Robles; DELGADO, Luis Frayle. *Estudio Preliminar y Notas*. In, Dante Alighieri. *Monarquía*, pp. 3-17. Madrid: Editorial Tecnos, 1992.
- CARLAN, Cláudio Umpierre. *Constantino e as transformações do Império Romano no século IV*. In, *Revista de História da Arte e Arqueologia da UNICAMP - RHAA* – nº 11 – pp. 27-35 – Campinas (SP): IFCH/Unicamp, 2009.
- CARVALHO, Maria Teresa Reis de. Verbete "Éthos", *E-Dicionário de Termos Literários*. <http://www.edtl.com.pt>. Último acesso em 18 de junho de 2013.
- CASTRO, Zília Osório de. *O Estado e a Igreja – Pensamento de António Nunes Ribeiro Sanches*. In, *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, pp. 399-406. E. Ribeiro da Silva e Outros (Orgs). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- CLEVES, Gonzalo A. Ramirez. *Francisco Suárez*. Universidad Externado de Colombia. Miércoles, 19 de agosto de 2009. Disponível em <http://filosofiadelderechoexternado.blogspot.com.br/2009/08/francisco-suarez.html>. Último acesso em 27 de dezembro de 2014.
- CHADELAT, Jean-Marc. *Pouvoir et autorité dans le Policratus de Jean de Salisbury*. Disponível em <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00676278> . Último acesso em 22 de junho de 2014.
- CHARBIT, Yves. *La cité platonicienne: histoire et utopie*. In: *Population*, 57e année, nº2, 2002 pp. 231-260. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_0032-4663_2002_num_57_2_7340. Último acesso em 22 de junho de 2014.

- CLEMENT, Jean-Louis. *Les Fondements de la Doctrine Juridique et Sociale de Maurice Hauriou (1856-1929)*. In, Revista Crítica de História de las Relaciones Laborales y de la Política Social, nº 3, pp. 24-33. Disponível em www.eumed.net/rev/historia/jlc.html.
- COSTA, J Cruz. *Augusto Comte e as Origens da Filosofia Positiva*. In, Augusto Comte e as Origens do Positivismo [Parte I]. Revista de História. Vol. I, nº 3, pp. 363-382. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1950. <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/34860/37598>. Último acesso em 11 de dezembro de 2014.
- COSTA, Marcelo Timotheo da. *Um Católico na Praça Pública*. In, Revista de História Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, 01/04/2012. Edição on line disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/um-catolico-na-praca-publica>. Último acesso em 12/12/2015.
- _____. *Origens e Desenvolvimento da Política de Augusto Comte*. In, Augusto Comte e as Origens do Positivismo [Parte II]. Revista de História. Vol. 1, nº 4, pp. 527-545. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1950. <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/34876/37612>. Último acesso em 11 de dezembro de 2014.
- _____. *Conclusão*. In, Augusto Comte e as Origens do Positivismo [Parte III]. Revista de História. Vol. 2, nº 5, pp. 81-103. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1951. <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/34899/37635>. Último acesso em 11 de dezembro de 2014.
- COSTA, Ricardo da. *O Espelho de Reis de Frei Álvaro Pais (c. 1275-1349) e seu conceito de tirania*. In, MALEVAL, Maria do Amparo Tavares (org.). Atas do III Encontro Internacional de Estudos Medievais, pp. 338-344. Rio de Janeiro: Editora Ágora da Ilha, 2001.
- COUSSEMACKER, Sophie. *La Physiognomie au Service du Politique (Poridad de Poridades)*. In, Ghislaine Fournès e Elvezio Canonica. Le Miroir du Prince: Écriture, Transmission et Réception en Espagne (XIII-XVI Siècle). Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 2011.
- COXITO, Amândio A. *Introdução*. In, Luís António Verney. Metafísica. (pp. 5-21) Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- _____. *Luis A. Vernei e a Filosofia do seu Tempo: o Problema dos Universais*. In, Revista Filosófica de Coimbra, nº. 6 – pp. 293-320. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1994.
- CURZIO, Leonardo. *La Forja de un Concepto: La Razón de Estado*. In, Estudios Políticos. Núm, 2, Octava Época, Mayo-Agosto, pp. 27-71. México: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – UNAM, 2004. Disponível em <http://revistas.unam.mx/index.php/rep/article/view/37617>. Último acesso em 11 de junho de 2014.
- DEL FRATE, Paolo Alvazzi. *Personne et res publica en Italie à l'époque napoléonienne*. In, Jacques Bouineau (dir.). *Personne et res publica*, pp. 85-92. Paris: L'Harmattan, 2008.
- DOSSE, François. *De l'usage raisonné de l'anachronisme*. In, Dossier Anachronisme. Paris: CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique: Institut d'histoire du

- temps présent – IHTP, 2005. Disponível em http://www.ihtp.cnrs.fr/historiographie/sites/historiographie/IMG/pdf/Dosseanachronisme_2005.pdf. Último acesso em 06 de maio de 2013.
- DOUGLASS, Bruce. *The Common Good and the Public Interest*. In, Political Theory, vol. 8, no. 1, pp. 103-117. Thousand Oaks: Sage Publications, 1980.
- DOVERE, Elio. *O Discurso Jurídico e Moral da Utilitas em Roma*. In, Alain Caillé. Christian Lazzeri e Michel Senellart (Orgs.). *História Argumentada da Filosofia Moral e Política: A Felicidade e o Útil*. Tradução de Alessandro Zir. São Leopoldo, RS: Editora da Unisinos, 2004.
- FERNÁNDEZ-GALIANO, Manuel. *Epicuro y su Jardín*. In, Victoria Camps (Directora). *Historia de la Ética*. 1. De los griegos al Renacimiento. Barcelona: Critica, 2006.
- FERRAZ Jr. Tercio Sampaio. *Justiça como retribuição – da razão e da emoção na construção do conceito de justiça*. In, M^a Constança P. Pessarra e Ricardo N. Fabbrini (Coords). *Direito e Filosofia: a Noção de Justiça na História da Filosofia*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- FERRÍN, Emma Montanos. *Societas Chistiana: Crimen Peccatum?* In, AFDUDC - Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidade da Coruña, 10, pp. 735-745. Coruña (ES): Universidade da Coruña, 2006. Disponível em <http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/2454/AD-10-37.pdf>. Último acesso em 25 de novembro de 2014.
- FILLIOT, Philippe. *Paradoxal d'un Point de Vue Anachronique en Histoire des Arts*. Reims: l'académie de Reims, s/d. Disponível em: <http://www.ac-reims.fr/editice/images/stories/histoire-des-arts/petit-elogue-paradoxal-d-un-point-de-vue-anachronique-en-histoire-des-arts.pdf>. Último acesso em 06 de maio de 2013.
- FINNIS, John. *Law, Morality, and «Sexual Orientation»*. In, John Corvino (ed.), *Same Sex: Debating the Ethics, Science, and Culture of Homosexuality*, pp.31-43. Lanham-New York-London: Rowman and Littlefield, 1999.
- FONSECA, Domingos Thadeu Ribeiro da. *A Instituição do Ministério Público Brasileiro: Da Remota Concepção, Gestado no Direito Português e Partejado no Iluminismo Francês*. In, Revista de História do Direito e do Pensamento Jurídico, n° 3, pp. 123-168. Lisboa: Instituto de História do Direito e do Pensamento Político da Universidade de Lisboa, 2012. Disponível em <http://ww2.fd.ulisboa.pt/LinkClick.aspx?fileticket=S-5YxH-sbRI%3D&tabid=879>. Último acesso em 12 de outubro de 2014.
- FORMENT, Eudaldo. *El Tomismo*. In, Id a Tomás. *Principios del Pensamiento de Santo Tomás*. Publicação on line http://www.gratisdate.org/texto_prueba.php?idl=17&a=423. Pamplona: Fundación Gratis Date, 1998.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Modelo e imagem. O pensamento analógico medieval*. In, Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre. Hors-série n° 2/2008 – Le Moyen Âge vu d'ailleurs. Edição eletrônica. Disponível em <https://cem.revues.org/9152>. Último acesso em 06 de maio de 2013.
- FULLER, Lon Luvois. *Positivism and Fidelity to Law: A Reply to Professor Hart*. Harvard Law Review, Vol. 71, no. 4, pp. 630-672. Cambridge: The Harvard Law Review Association, Feb de 1958.
- GANHO, Maria de Lourdes Sigado. *O Humanismo de Erasmo*. In, Revista Via Spiritus, n. 21, pp. 169-180. Porto (Portugal): Universidade do Porto: Faculdade de Letras:

- Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2014. Disponível em ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13013.pdf. Último acesso em 28 de dezembro de 2014.
- GARCIA, Emerson. *Dos Princípios Regentes da Probidade*. In, Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves. *Improbidade Administrativa*. 8ª Edição, pp. 91-185. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.
- GIACOMUZZI, José Guilherme. *A Moralidade Administrativa – História de Um Conceito*. In, Revista do Ministério Público, nº 49, pp. 61-76. Porto Alegre: Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2002.
- GIORDANENGO, Gérard. *De l'usage du droit privé et du droit public au Moyen Âge*. In, Cahiers de Recherches Médiévales et Humanistes [En ligne], nº 7/2000. Disponível em <https://crm.revues.org/880>. Último acesso em 06 de maio de 2013.
- GORRIS-CAMOS, Rosanna. *Dans le Labyrinthe de Gohory, Lector et Traducteur de Machiavel*. In, Paolo Carta e Jean-Louis Fournel (Dir.). *Revue Laboratoire Italien: Géographie et Politique au Début de l'Âge Moderne*, pp.195-231. Lyon (FR): ENS Éditions, 2008.
- GUISÁN, Esperanza. *El Utilitarismo*. In, Victoria Camps (Ed). Volume 2. Barcelona: Crítica, 2006.
- GUZMÁN, Alejandro. *Historia de la denominación del Derecho - Facultad como "subjetivo"*. Pp. 1-31. Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales de Córdoba. Disponível em <http://www.acaderc.org.ar/doctrina/articulos/historia-de-la-denominacion-del-derecho-facultad?searchterm=Guzm%C3%A1n>. Último acesso em 25 de outubro de 2014.
- HANSEN, João Adolfo. *Alguns Preceitos da Invenção e Elocução Metafóricas de Emblemas e Empresas*. In, Revista Chilena de Literatura. Noviembre. Número 85, pp. 43-73. Santiago: Universidad de Chile, Facultad de Filosofía y Humanidades, 2013.
- _____. *Educando Príncipes no Espelho*. In, Marcos Cezar de Freitas e Moysés Kuhlmann Jr. (Orgs.). *Os Intelectuais na História da Infância* (pp. 61-97). São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- HARO CORTÉS, Marta. *Escritura y Adaptaciones de los Regimientos de Príncipes Castellanos Medievales*. In, FOURNÈS, Ghislaine; CANONICA, Elvezio (dir). *Le Miroir du Prince: Écriture, Transmission et Réception en Espagne (XIII-XVI Siècle)*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 2011.
- HEIDSIECK, François. *El Influjo de Bergson (1859-1941) en el Pensamiento Católico*. In, CORETH, Emerich; NEIDL, Walter M. e PFLIGERSDORFFER, Georg (Editores). *Filosofía Cristiana en el Pensamiento Católico de los Siglos XIX y XX*. Tomo 3, pp. 354-362. Tradução ao espanhol de Ildefonso Murilo (Coord). Madrid (ES):Ediciones Encuentro, 1997.
- HERRERA, Sajid Alfredo. *Aproximación Filosófica al Problema del Bien Común*. In, Realidad – Revista de Ciências Sociais y Humanidades, no. 61 (pp. 91-100). Enero-Febrero. San Salvador: Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, 1998.
- HESPANHA, António Manuel. *O Constitucionalismo Monárquico Português. Breve Síntese*. In, História Constitucional, n. 13, 2012, pp. 477-526. Disponível em www.historiaconstitucional.com. Último acesso em 23 de março de 2013.

- JOHNSTON, David. *The General Influence of Roman Institutions of State and Public Law*. In, D.L. Carey Miller and R. Zimmermann, edd., *The Civilian Tradition and Scots Law*. Berlin: Duncker & Humblot, 1997.
- KASPARIAN, Burt. *Personne et res publica: l'exemple de l'Égypte ancienne*. In, Jacques Bouineau (dir). *Personne et Res Publica*. Volume I, pp. 11-35. Paris: L'Harmattan, 2008.
- KELSEN, Hans. *The Philosophy of Aristotle and the Hellenic-Macedonian Policy*. In, *International Journal of Ethics*. Vol. 48, No. 1 (Oct., 1937), pp. 1-64. The University of Chicago Press, 1937. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2989300>. Último acesso em 13 de dezembro de 2014.
- LACERDA, Bruno Amaro. *A Dignidade Humana em Giovanni Pico della Mirandola*. In, *Revista Jurídica Legis Augustus*, vol. 3, n. 1, pp. 16-23. Rio de Janeiro: Unisum, 2010. Disponível em apl.unisum.edu.br/legis_augustus/pdf/ed1/Artigo_2.pdf. Último acesso em 05 de abril de 2014.
- LARRAN, Francis. *De kleos à phèmè. Approche historique de la rumeur et de la renommée dans la littérature grecque ancienne, d'Homère à Polybe*. *Anabases* [En ligne], 11|2010. Disponível em <http://anabases.revues.org/897>. Último acesso em 06 de maio de 2013.
- LAZZERI, Christian. *Locke (1632-1704): Felicidade e Obrigação Moral*. In, Alain Caillé et alii (orgs). *História Argumentada da Filosofia Moral e Política: A Felicidade e o Útil*. pp. 329-340. Tradução de Alessandro Zir. São Leopoldo, RS: Editora da Unisinos, 2004.
- LEVELEUX-TEIXEIRA, Corinne. *L'Utilitas Publica des Canonistes. Un outil de régulation de l'ordre juridique*. *Revue Française d'Histoire des Idées Politiques*. N.32 – 2010/2. Paris: Editions Picard, 2010.
- LLEDÓ, Emilio. *Aristóteles y la Ética de la Polis*. In, Victoria Camps. *Historia de la Ética*, Livro I. Barcelona: Crítica, 2006.
- LIBERA, Alain de. *Idade Média*. In, Monique Canto-Sperber (org.) *Dicionário de Ética e Filosofia Moral*, pp. 500-504. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2013.
- LÓPEZ, Cristina Rosillo. *"Temo a los Troyanos": Rumores y Habladurías en la Roma Tardorrepública*. In, Polis. *Revista de Ideas y Formas Políticas de la Antigüedad Clásica*, n. 19, pp. 113-134. Madrid: Universidad de Alcalá de Henares, 2007. Disponível em <http://dspace.uah.es/dspace/handle/10017/9361>. Último acesso em 12 de outubro de 2014.
- LORAUX, Nicole. *Éloge de L'anachronisme en Histoire*. In, Patrick Garcia e Claudine Leduc. *Les Voies traversières de Nicole Loraux. Une helléniste à la croisée des sciences sociales*, Paris: EspacesTemps - Les Cahiers/Clio, Histoire, Femmes et Sociétés, n° 87/88, pp. 127-139, mars 2005.
- MACHADO, Heloísa Guaracy. *De res publica e de república: o significado de um conceito*. In, *Cadernos de História*. Vol. 1, n. 1, pp. 7-15. Out. 1995. Belo Horizonte: Edições PUC-MG, 1995.
- MAHLMANN-BAUER, Barbara. *Verbete Tegli, Silvestro*. In, DHS - Dictionnaire historique de la Suisse. <http://www.hls-dhs-dss.ch/textes/f/F42838.php>. Último acesso em 12 de novembro de 2014.

- MANNHEIMER, Márcia Latgé. JANSEN, Letácio. *Notas Sobre o Livro «Hans Kelsen – Vida e Obra», de Rudolf Aladar Metall*. In Revista de Direito da Procuradoria Geral, nº 49, pp. 145-160. Rio de Janeiro: Procuradoria Geral do Estado, 1996.
- MARCHAND, Suzane. *La «Garçonne»: Un Nouveau Modèle Féminin (1920-1929)*. In, Cap-aux-Diamants : La Revue d'Histoire du Québec, vol. 4, nº 2, 1988, p. 19-20. Disponível em <http://id.erudit.org/iderudit/7208ac> . Último acesso em 05 de agosto de 2016.
- MARNOTO, Rita. *Il Principe ou De principatibus de Niccolò Machiavelli. O Príncipe novo que parece antigo*. In, Aurélio Pérez Jiménez, José Ribeiro Ferreira e Maria do Céu Fialho (Editores). O Retrato Literário e a Biografia como Estratégia de Teorização Política. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Málaga: Universidade de Málaga, 2004.
- MARQUES, João Francisco. *José Pedro Paiva. Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*. In, Lusitana Sacra – Clero, Doutrinação e Disciplinamento – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa. 2ª Série – Tomo XXIII. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, janeiro-junho, 2011.
- MARTINS, José Antônio. *Sobre as Origens do Vocabulário Político Medieval*. In, Trans/Form/Ação. Vol. 34, nº 3, pp. 51-68. Marília: UNESP, 2011.
- MARTINS, Vanderlei. *Direito e Cidade. O Positivismo Ilustrado e a Cultura Jurídica Brasileira nos Grandes Centros Urbanos (1850-1900)*. In, Revista de Direito da Cidade, Vol. 07, nº 2, pp. 722-738. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/16962/12770>. Último acesso em 25 de julho de 2016.
- MASSAÚ, Guilherme Camargo. *A Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra: as Alterações no Ensino Jurídico*. Prisma Jurídico, vol. 9, núm. 1, enero-junio, pp. 169-188. São Paulo: Universidade Nove de Julho, 2010.
- MATHEUS, Carlos Eduardo Meirelles. *A noção de justiça em Platão*. In, Mª Constança P. Pessarra e Ricardo N. Fabbrini (Coords). Direito e Filosofia: a Noção de Justiça na História da Filosofia. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- MATOS, Manuel Cadafaz. *Três momentos para o estudo dos primórdios da imprensa bíblica (judaica e cristã) em Portugal – o período de 1487-1495*. In, A Bíblia e suas Reedições em Língua Portuguesa. Revista Lusofona de Ciência das Religiões, pp. 143-179. Porto (PT): Sociedade Bíblica, 2010. <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/seriemonograficacienciadasreligi/issue/view/616/showToc>. Último acesso em 15 de junho de 2014.
- MEA, Elvira Azevedo. *Os Antecedentes do Santo Ofício*. In, Luís Adão da Fonseca (coord.), Luís Carlos Amaral (coord.), Maria Fernanda Ferreira Santos (coord.). Os Reinos Ibéricos na Idade Média, vol. I, pp. 389-397. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003.
- MESQUITA, António Pedro. *A Contra-Revolução*. In, Pedro Calafate (Dir.). História do Pensamento Filosófico Português. Volume III. As Luzes, pp. 255-333. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.
- MESQUITA, Amílcar. *Francisco Velasco de Gouveia e a Dualidade Poder in Habitu – Poder in Actu na Teoria Política*. In, Separata nº 10 da Revista Jurídica da Universidade Portucalense, pp. 9-16. Porto: Universidade Portucalense, 2003.

- MIATELLO, André. *O Rei e o Santo: Tratado Político e Hagiografia em João de Salisbury*. In, Revista Signum. Volume 11, nº 1. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Medievais, 2010. Disponível em <http://www.abrem.org.br/revistasignum/index.php/revistasignumn11/article/viewFile/8/7>. Último acesso em 07 de outubro de /2014.
- MILLARD, Eric. *Hauriou et la Théorie de L'Institution*. In, Droit et Societé, n. 30-31, pp. 381-342. Paris: LGDJ, 1995. Disponível em http://www.persee.fr/issue/dreso_0769-3362_1995_num_30_1
- MODDE, André. *Le Bien Commun dans la Philosophie de Saint Thomas*. In, Revue Philosophique de Louvain. Troisième série, Tome 47, no. 14, pp. 221-247. Louvain: Institut Supérieur de Philosophie de l'Université Catholique de Louvain, 1949.
- MONCADA, Luís Cabral de. *Conceito e Função da Jurisprudência Segundo Verney*. In, Boletim do Ministério da Justiça nº 14, pp. 5-24 . Lisboa: Ministério da Justiça, 1949.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *As Reformas Religiosas na Europa Moderna: Notas para um Debate Historiográfico*. In, Varia História, vol. 23, nº 37 (jan/jun), pp. 130-150. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Edição eletrônica disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/varia/revista/index.php?prog=editores.php>. Último acesso em 15 de novembro de 2014.
- NASCIMENTO, Sidnei Francisco do. *Erasmus de Lutero: O Livre Arbítrio da Vontade Humana*. Revista de Filosofia, volume. 18, n.23, pp. 89-103. Revista de Filosofia, Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, jul/dez de 2006. Disponível em www2.pucpr.br/reol/index.php/rf?dd99=pdf&dd1=479. Último acesso em 23 de fevereiro de 2014.
- NAILS, Debra. *The Life of Plato of Athenas*. In, Hugh H. Benson (ed.). A Companion to Plato. Oxford: Blackwell, 2006.
- NEDER, Gizlene. *A Recepção do Constitucionalismo Moderno em Portugal e a Escrita da História do Direito*. In, Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Vol. 4, nº 3, pp. 510-533. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v4n3a72012.pdf . Último acesso em 11 de setembro de 2014.
- _____. *Coimbra e os Juristas Brasileiros*. Paper cedido pela professora (s/d, s/n). Também publicado In, Revista Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade, ano 3, nos. 5-6, pp. 195-214. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC, 1998.
- O'NEIL, William. *Remettre sur le métier le bien commun*. In, Projet. 2001/4 (nº 268) .Éditeur: Paris: CERAS, 2001. Disponível em http://www.cairn.info/resume.php?ID_ARTICLE=PRO_268_0073. Último acesso em 06 de fevereiro de 2014.
- PAIM, António. *As Luzes no Brasil*. In, CALAFATE, Pedro (Dir.) *História do Pensamento Filosófico Português*. Volumes III. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.
- PAVIA, Marie-Luce. *Personne et res publica: l'exemple du droit public actuel*. In, Jacques Bouineau (dir). *Personne et Res Publica*. Vol. II, pp. 191-215. Paris: L'Harmattan, 2008.
- PÉCORA. Alcir. *Apresentação*. In, Torquato Accetto. *Da Dissimulação Honesta*. Tradução Edmir Missio. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- PELLERINO, Giovanni. *Evolução do conceito de propriedade: da “Função Social” à “Função Estrutural”*. In, Veredas do Direito. Volume 2. Número 3, janeiro-junho, pp. 33-46. Belo Horizonte: Dom Helder, 2005
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Introdução*. In, A República. Platão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- PEREÑA, Luciano. *Estudio Preliminar I: Metodologia Científica Suareciana*. In, Francisco Saurez. De Legibus (II 1-12). De Lege Naturali. Luciano Pereña (dir.), pp. XIX-XXXVII. Madri: Instituto Francisco de Vitória, 1974.
- PESSOA, Fernando. *Liberdade* (1935). In, O Guardador de Rebanhos. Seleção e Introdução de Massaud Moisés. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.
- PIRIS, Eduardo Lopes. *A Dimensão Subjetiva da Argumentação e do Discurso: Focalizando as noções de Ethos e de Pathos*. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. nº 2, pp. 52-62. Ilhéus (BA): Universidade Estadual de Santa Catarina, maio de 2012. Disponível em www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista2/05eduardo.pdf. Último acesso em 18 de julho de 2013.
- PISSARRA, Maria Constança Peres. *Entre o Leviatã e a vontade geral: uma reflexão sobre a noção de justiça no pensamento de Thomas Hobbes e de Jean-Jacques Rousseau*. In, Maria Constança Peres Pissarra e Ricardo Nascimento Fabbrini (Coord.). Direito e Filosofia. A Noção de Justiça na História da Filosofia. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- POL, Roberto de. «Fede» nel «Principe» di Machiavelli e in alcune sue traduzioni tedesche della Prima Età Moderna., *Lingua e Diritto*. La Lingua della Legge, la Legge nella Lingua, Publifarum, n. 18, pubblicato il 13/03/2013, consultato il 16/12/2014, url: http://publifarum.farum.it/ezone_articles.php?id=241. Último acesso em 16 de dezembro de 2014.
- PORTO, Vicente Sobrino. *Direito Romano. Comentários a textos do Livro I das Institutas de Justiniano*. Rio de Janeiro: São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1962.
- POVEDA VELASCO, Ignácio Maria. *Direito, jurisprudência e justiça no pensamento clássico (greco-romano)*. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, [S.l.], v. 101, p. 21-32, jan. 2006. ISSN 2318-8235. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67697>. Último acesso em 28 de junho de 2014.
- _____. *Ordenações do Reino de Portugal*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 89, p. 11-67, 1994.
- PRIETO, Maria Helena de Teves Costa Ureña. *A Sobrevivência Tardia de Um Gênero Literário ao Serviço de uma Doutrina*. Comentário XII, pp. 127-128. In, Francisco António de Novaes Campos (Séc. XVII). Príncipe Perfeito - Emblemas de João de Solórzano. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.
- RASCHLE, Christian. *Personne et res publica dans l'Empire Tardif: les Réactions Individuelles Face à La Réorganisation Provinciale*. In, Jacques Bouineau (dir). *Personne et Res Publica*. Volume I, pp. 115-160. Paris: L'Harmattan, 2008.
- RODRIGUES Jr., Otavio Luiz ; TOFFOLI, José Antonio Dias. *Hans Kelsen: o Jurista e suas Circunstâncias*. In, KELSEN, Hans. Autobiografia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- RODRIGUES, Manuel Augusto. *Do Humanismo à contra-reforma em Portugal*. In,

- Revista de História das Ideias. Nº 3 (1981), pp. 125-176. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura: Universidade de Coimbra, 1981.
- RODRIGUEZ-SAN PEDRO BEZARES, Luis Enriquez. *El Corpus Normativo, Siglos XV-XVIII*. In, Luis Enrique Rodríguez-San Pedro Bezares (Coord). *História de la Universidad de Salamanca*. Volume II. Estructuras y flujos. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004.
- RUTGERS, Mark. *Theory and Scope of Public Administration: An Introduction to the Study's Epistemology*. In, *Public Administration Review*. Foundations of Public Administration - Theory and Scope, pp. 1-45. Washington, D.C.: American Society for Public Administration, 2010. Disponível em www.aspanet.org/public/aspadocs/par/fpa/fpa-theory-article.pdf. Último acesso em 25 de setembro de 2013.
- SALGADO, Gisele Mascarelli. *A pureza para Kelsen e Kant: notas preliminares para estudo em Filosofia do Direito*. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/a-pureza-para-kelsen-e-kant-notas-preliminares-para-estudo-em-filosofia-do-direito/107385/>. Último acesso em 12 de dezembro de 2014.
- _____. *Direito Público e Direito Privado: Uma Eterna Discussão*. Artigo disponível em www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=artigos_leitura&artigo_id=9178&revista_caderno=15. Último acesso em 02 de março de 2013.
- SALDANHA, Nelson. *Santi Romano. Para um Reexame de sua Obra e de seu Pensamento*. In, *Revista da ABLJ*, nº6, pp. 67-78. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Letras Jurídicas, 1994.
- SENEILLART, Michel. *A Crítica da Razão Governamental em Michel Foucault*. In, *Revista Tempo Social*, nº 7, pp. 1-14. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.
- SERAFIM, João Carlos Gonçalves. *Consertar o Reino para tempos de paz - D. João de Castro e o "Discurso fallando com El Rei D. Sebastião", 1588*. In, *Via Spiritus*, nº 20. Guerra e Paz: da Espiritualidade à 'Política' nos sécs XVI-XVIII (pp. 7 – 72). Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.
- SÈRE, Bénédicte. *Aristote et le Bien Commun Au Moyen Âge: une histoire, une historiographie*. *Revue Française d'Histoire des Idées Politiques*. N.32 – 2010/2. Paris: Editions Picard, 2010.
- SILVA, Amélia Maria Polónia da Silva. *Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do Reino, em 1553*. In, *Revista da Faculdade de Letras*. Série II, vol. 2, pp. 133-143. Porto: Universidade do Porto, 1990.
- SILVA, Gilvan Ventura da. *A Construção da Imagem Heróica de Constâncio II na Oratio III de Juliano*. In, *Revista Phoênix* – Ano 11 – Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2005.
- SILVA, Gilvan Ventura da. MENDES, Norma Musco. *Diocleciano e Constantino: A Construção do Dominato*. In, Gilvan Ventura da Silva e Norma Musco Mendes. *Repensando o Império Romano - Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.
- SILVA, Torremocha Antonio. *Pensadores y Literatos: el Camino hacia el*

- Renacimiento*. In, Jerónimo Páez López (Dir.). *Ibn Jaldún: El Mediterráneo en el Siglo XIV: Auge y Declive de los Imperios*, pp. 196-201. Granada [ES]: Fundación El Legado Andalusi, 2006.
- SPINELLI, Miguel. *Sobre as Diferenças entre Éthos com Epsilon e Éthos com Eta*. In, Trans/Form/Ação. Vol.32, no.2. Marília (SP), 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31732009000200001&script=sci_arttext. Último acesso em 29 de setembro de 2013.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro. *O Retrato do Príncipe Como Estratégia Política e Modelo Educativo no Renascimento*. In, Aurélio Pérez Jiménez et alli (Coord). *O Retrato Literário Como Estratégia de Teorização Política*, pp. 181-230. Coimbra-Málaga: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004.
- _____. *Um Ideal Humano: Política e Pedagogia no Renascimento Português*. In, Revista Humanitas (nº 41-42), (pp. 121-155). Coimbra: Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Clássicos, 1990. Disponível em <http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/humanitas41-42>. Último acesso em 06 de maio de 2013.
- SOUZA, Ana Paula Loureiro de. *O pensamento filosófico de António José Brandão*. In, Revista Didaskalia, nº. XXXI, 2001, pp. 117-129. Lisboa: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, 2001.
- _____. *Um olhar sobre o pensamento filosófico-jurídico de António José Brandão*. In, Revista Estudos Filosóficos nº 14/2015, pp. 331-342. São João del-Rei: Departamento de Filosofia e Métodos – Universidade Federal de São João del-Rei, 2015.
- SOUZA, Bruno Silva. *Mentira, verdade e reputação. Notas para uma análise do antimaquiavelismo em Portugal no século XVII*. In, Revista 7 Mares, Vol. 1- n. 1, pp. 3-8. Niteroi (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em <http://www.historia.uff.br/7mares/a-revista/>. Último acesso em 28 de agosto de 2014.
- SOUZA NETO, Francisco Benjamin de. *Augustinus – Teologia da Trindade: Conceitos, Imagens, Analogias*. In, Luis Alberto de Boni (Org.). *Lógica e Linguagem na Idade Média*. Pp. 25-46. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.
- STORNE, Rachel. *Kings Are Different: Carolingian Mirrors for Princes and Lay Morality*. In, Frederique Lachaud e Lydwine Scordia (dir.). *Le Prince Au Miroir de la Littérature Politique de L'Antiquité aux Lumières*. Publications des Universités de Rouen et du Havre: Mont-Saint-Aignan, 2011.
- TARRIT, Fabien. *Inégalités et théories de la justice*. Université de Reims Champagne-Ardenne. Disponível em http://jourdev.gretha.u-bordeaux4.fr/sites/jourdev.gretha/IMG/pdf/3a_tarrit.pdf. Último acesso em 21 de junho de 2014.
- TEIXEIRA, António Braz. *A Filosofia Jurídica*. In, Pedro Calafate (Dir.). *História do Pensamento Filosófico Português*. Volume III. As Luzes, pp. 63-86. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.
- _____. *Filosofia do Direito*. In, Pedro Calafate (Dir.). *História do Pensamento Filosófico Português*. Volume IV. O Século XIX. Tomo 2, pp. 65-116. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.
- _____. CUNHA, Paulo Ferreira. *Filosofia do Direito*. In, História do

- Pensamento Filosófico Português. Volume V. O Século XX. Tomo 2, pp. 13-70. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.
- TERRENATO, Francesca. *The first Dutch translation*. In, Robert De Pol (ed.) *The First Translations of Machiavelli's Prince - From the Sixteenth to the First Half of the Nineteenth Century*, pp. 171-206. Amsterdam: Rodopi, 2010.
- THELAMON, Françoise. *Constantin: "l'empereur cher à Dieu" selon Eusèbe de Césarée dans la Vita Constantini*. In, Frederique Lachaud e Lydwine Scordia (dir.). *Le Prince Au Miroir de la Littérature Politique de L'Antiquité aux Lumières*. Publications des Universités de Rouen et du Havre: Mont-Saint-Aignan, 2011.
- THUILLIER, Jean-Paul. *Virilidade romanas: vir, virilitas, virtus*. In, História da Virilidade. Livro I. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello. Tradução de Francisco Morais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- TORRE, Massimo La. *Teorias Institucionalistas del Derecho (Esbozo de una Voz de Enciclopedia)*. In, *Derechos y Libertades*, n. 14, Época 11, pp. 103-112. Madrid: Instituto de Derechos Humanos Bartolomé de las Casas de la Universidad Carlos III de Madrid, enero de 2006.
- TRICOT, Jules. *Introduction*. In, Aristote. *Éthique à Nicomaque*. Traduction avec introduction, notes et index par Jules Tricot. Paris: Vrin, 1990.
- TRIGEAUD, Jean-Marc. *Théorie de L'État et Realisme Sociologique dans le Pensée de Duguít et Hauriou*. In, Simone Goyard-Fabre (org). *L'État au XXe Siècle: Regards sur la Pensée Juridique et Politique du Monde Occidental*, pp. 19-34. Paris: Vrin, 2004.
- VAINFAS, Ronaldo. *Intolerância em Perspectiva*. In, REVISTA USP, nº 72, pp. 190-198, dezembro/fevereiro. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006-2007. <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13581/15399>. Último acesso em 13 de novembro de 2014.
- VALVERDE, Antonio José Romera. *Aportes a Oratio de Hominis Dignitate de Pico Della Mirandola*. In, *Revista de Filosofia Aurora*. Vol. 1, n. 29, pp. 457-480. Jul/dez. Curitiba: PUCPR, 2009.
- VASOLI, Cesare. *The Renaissance Concept of Philosophy*. In, Quentin Skinner and Eckhard Kessler (Edit), pp. 55-74. *The Cambridge History of Renaissance Philosophy*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2003.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Ordem: Uma Revista de Doutrina, Política e Cultura Católica*. In, *Revista de Ciência Política*, 21, n. 3, pp. 117-160. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, jul/set de 1978.
- VELLOSO, Paula Campos Pimenta. *Edição e Recepção de Kelsen no Brasil*. In, *Escritos – Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, Ano 8, n. 8, pp. 199-232. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014. Disponível em www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero08/cap_11.pdf. Último acesso em 29 de dezembro de 2014.
- VILAR, Gerard. *Marx y el Marxismo*. In, Victoria Camps (Ed). *Historia de la Ética*. Volume 2. Barcelona: Editorial Crítica, 2006.
- VILLEGAS, Mauricio García; LEJEUNE, Aude. *La Sociologie du Droit en France: De Deux Sociologies à la Création d'un Projet Pluridisciplinaire?* In *Revue Interdisciplinaire d'Études Juridiques*, Vol. 66, pp. 1-39. Bruxelas (BE): Université

Saint-Louis, 2011.

WASZNIK, Jan Hendrik. *Estudo Introdutório*. In, Justus Lipsius. *Politica Six Books of Politics or Instruction*, pp. 03-205. Assen (Netherlands): Royal Van Gorcum, 2004.

ZACCARIA, Giuseppe. *De Nuevo Sobre la Interpretación y los Principios Jurídicos*. Traduzido do italiano ao espanhol por Pedro Mercado Pacheco. In, *Anales de la Cátedra Francisco Suárez*, revista de filosofía jurídica y política, n. 44, pp. 281-292. Granada (ES): Departamento de Filosofía del Derecho de la Universidad de Granada, 2010.

ZARINI, Vincent. *Le Prince ao Miroir des Panégyriques Versifiés dans la Latinité Tardive*. In, Frederique Lachaud e Lydwine Scordia (dir.). *Le Prince Au Miroir de la Littérature Politique de L'Antiquité aux Lumières*. Publications des Universités de Rouen et du Havre: Mont-Saint-Aignan, 2011.

Obras de referência:

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1720.

CANTO-SPERBER, Monique (org.) *Dicionário de Ética e Filosofia Moral*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2013.

CEIA, Carlos (Coord). *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*. Porto: CETAPS/Universidade do Porto. Disponível em <http://www.edtl.com.pt>. Último acesso 17 de junho de 2013.

Ciência em Portugal. Personagens e Episódios. Dicionário. Instituto Camões, 2003. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/d23.html>). Último acesso em 06 de maio de 2014.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

Dossiê A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. On line. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1>. Último acesso em 15 de novembro de 2015.

GARDEN, Francis. *A Dictionary of English Philosophical Terms*. London: Rivington, 1878.

GRIMAL, Pierre. *Dictionnaire de la Mythologie Grecque et Romaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1951.

LOYN, Henry Royston (Org.). *Dicionário da Idade Média*. Tradução Álvaro Cabral. Revisão Técnica de Hilário Franco Júnior. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Tradução de Maria Stela Gonçalves, Adail U. Cabral, Marcus Ragno e Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo Dicionário Latino-Português*. 10ª Edição. Edição fac-similar da 9ª Edição [1927]. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Livraria Garnier, 1993.

STEVENSON, Seth William. SMITH, Charles Roach. MADDEN, Frederic. *A Dictionary*

of Roman Coins – Republican and Imperial. London: George Bell and Sons, 1889 .
Universidade de São Paulo. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP* .
Disponível em http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=67. Último acesso em 25 de janeiro de 2012.

ANEXO I

Moralidade administrativa, uma amostragem das principais obras localizadas no mercado envolvendo fortemente o tema (2006-2016)

Autor	Principal Obra	Ano	Vinculação Institucional
Alexandre de Moraes	Direito Constitucional Administrativo	2006	MP do Estado de SP
Arnaldo Rizzardo	Tutela do Patrimônio e da Moralidade Administrativa	2013	Desembargador aposentado pelo Tribunal de Justiça do Estado do RS
Celso Spitzcovsky	Improbidade Administrativa	2009	Professor Universitário
Emerson Garcia/ Rogério Pacheco Alves	Improbidade Administrativa.	8ª edição 2014	MP do Estado do RJ
Eril Palácio Boson	A Defensoria Pública e a Tutela Jurisdicional da Moralidade Administrativa	2016	Ex-MP do Estado de SP Membro de Defensoria Pública Federal
Eurico Ferraresi	Improbidade Administrativa	2011	MP do Estado de SP
Fábio Medina Osório	Teoria da Improbidade Administrativa	2ª edição 2010	MP do Estado do RS Professor Universitário
Jessé Torres Pereira Júnior	Controle Judicial da Administração Pública	1ª reimpressão da 2ª edição em 2009	Desembargador Estadual RJ
José Antônio Lisboa Neiva	Improbidade Administrativa - Legislação Comentada Artigo por Artigo	2013	Ex-membro do MP Estado do RJ Desembargador Federal
José Guilherme Giacomuzzi	A Moralidade e a Boa-Fé da Administração Pública	2ª Edição em 2013	MP do Estado do RS Professor Universitário
Luís Manuel Fonseca Pires	Controle Judicial da Discricionariedade Administrativa	2ª Edição em 2013	Juiz Estadual SP
Márcio Cammarosano	O Princípio Constitucional da Moralidade e o Exercício da Função Administrativa	2006	Professor Universitário
Mª Sylvia Zanella di Pietro	Discricionariedade Administrativa na Constituição de 1988	3ª Edição em 2012	Professora Universitária
Márcia Noll Barboza	O Princípio da Moralidade Administrativa	2002	MPF
Mônica Nicida Garcia	Responsabilidade do Agente Público	2004	MPF
Moser Vhoss	Dano Moral e Improbidade Administrativa	2008	Juiz Federal

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza	Corrupção e Improbidade	2011	Professora Universitária
Reuder Cavalcante Motta	Tutela do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa	2012	MP do Estado de Goiás
Rita Dias Nolasco	Ação de Improbidade Administrativa	2010	PFN – Procuradora da Fazenda Nacional
Rosaura Moreira Brito Bastos	Improbidade Administrativa	2010	Procuradora do Município de Fortaleza
Sebastião José Lessa	Improbidade Administrativa	2011	Polícia Federal (Delegado Aposentado)
Susana Henriques da Costa	Processo Coletivo da Tutela do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa	2009 2ª edição 2015	MP do Estado de SP Professora Universitária
Sílvio Antônio Marques	Improbidade Administrativa: Ação Civil Pública e Cooperação Jurídica Internacional.	2010	MP do Estado de SP
Sérgio Turra Sobrane	Improbidade Administrativa	2010	MP do Estado de SP
Tiago do Carmo Martins	Anotações à Lei da Improbidade Administrativa	2012	Juiz
Waldo Fazzio Júnior	Improbidade Administrativa	3ª edição 2015 4ª edição 2016	Ex-Membro do MP do Estado de SP Professor Universitário
Wallace Paiva Martins Júnior	Probidade Administrativa	2009	MP do Estado de SP

Na amostragem colhida no site de uma livraria especializada, dos 28 autores localizados, 16 pertencem ou já pertenceram ao Ministério Público (57%) (dentre estes 5 se apresentam também como professores universitários); 18% são ou já foram Magistrados (dentre os quais 1 se apresenta também como professor universitário), 14% dos pesquisados são exclusivamente Professores universitários; 7% são Procuradores não MP; 4% são Delegados.

ANEXO II

Ano 1532 – Primeira edição de O Príncipe
Il principe - Roma: Antonio Baldo d'Asola, 1532¹⁰⁰⁹

¹⁰⁰⁹ Imagem

disponível em
<http://www.bne.es/es/Micrositios/Exposiciones/Leonardo/Exposicion/Seccion2/PerfilBiografico/obra08.html?origen=galeria>

ANEXO III

Ano 1532 – Secunda edição de *O Principe*
Il principe – Firenze: Bernardo Giunta, 1532¹⁰¹⁰

¹⁰¹⁰ Imagem

disponível
http://www.internetculturale.it/opencms/opencms/it/collezioni/collezione_0119.html

ANEXO IV

Ano 1640 – Primeira edição inglesa¹⁰¹¹

¹⁰¹¹ Imagem disponível em <https://www.justcollecting.com/miscellania/the-prince-first-edition-sells-for-24-500-in-uk-auction>

ANEXO V

Ano 1705 – Primeira edição holandesa de O Príncipe¹⁰¹²

¹⁰¹² Imagem disponível em <http://www.forumrarebooks.com/Machiavelli-Niccolo-De-prins-met-aenteekeningen-van.html>

em [http://www.forumrarebooks.com/Machiavelli-Niccolo-De-prins-met-](http://www.forumrarebooks.com/Machiavelli-Niccolo-De-prins-met-aenteekeningen-van.html)

ANEXO VI

Ano 1705 – Imagem interna Primeira edição holandesa de O Príncipe¹⁰¹³

¹⁰¹³ Imagem disponível em <http://www.forumrarebooks.com/Machiavelli-Niccolo-De-prins-met-aenteekeningen-van.html>

em <http://www.forumrarebooks.com/Machiavelli-Niccolo-De-prins-met-aenteekeningen-van.html>

ANEXO VII

Ano 1933 – Primeira edição brasileira¹⁰¹⁴

¹⁰¹⁴ Imagem disponível em www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1413-7704-tem-20-20143605.pdf

ANEXO VIII

Ano 1935 – Primeira edição portuguesa¹⁰¹⁵

¹⁰¹⁵ CÂMARA, João Bettencourt da. *A Primeira Edição Portuguesa d'O Príncipe, ou o Maquiavel Fascista de Francisco Moraes*. Imagem disponível em <http://n.sb-10.org/pravo/4756/index.html>.